



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ- REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

SIDIMAR PEREIRA DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DA COMUNIDADE ZABELÊ,
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI.**

SÃO RAIMUNDO NONATO

2024

SIDIMAR PEREIRA DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DA COMUNIDADE ZABELÊ,
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI.**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes

SÃO RAIMUNDO NONATO

2024

Sousa, Sidimar Pereira de

S725
a

Arqueologia, patrimônio e memória da comunidade Zabelê, município de São Raimundo Nonato - PI / Sidimar Pereira de Sousa. – São Raimundo Nonato - PI, 2024.

105 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes.

1. Lugares de memória. 2. Arqueologia dos saberes. 3. Arqueologia pública. Comunidade Zabelê - PI. I. Fontes, Mauro Alexandre Farias. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca
SIBI/UNIVASF
Bibliotecária: Kênia Leandra Ferreira Alves
CRB/15: 886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO PARA DISSERTAÇÃO

SIDIMAR PEREIRA DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DA COMUNIDADE ZABELÊ,
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI.**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovado em:

Banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **MAURO ALEXANDRE FARIAS FONTES**
Data: 09/07/2024 15:47:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes (Univasf) – Orientador

Documento assinado digitalmente
 **MARCUS VINICIUS SANTANA LIMA ALMEIDA**
Data: 09/07/2024 15:11:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcus Vinicius Santana Lima Almeida (Univasf)

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIO AUGUSTO DE AGUIAR MORAES**
Data: 09/07/2024 09:49:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pro. Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes (UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **ADELSON DIAS DE OLIVEIRA**
Data: 09/07/2024 15:17:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adelson Dias de Oliveira (Univasf)

A toda família Zabelê, a nossa história
jamais será apagada!

AGRADECIMENTO

Primeiramente gostaria de me colocar diante do senhor “DEUS”, que me permitiu sonhar e estar realizando este sonho.

Agradecer à minha família Zabelê, que me permitiu ver o verdadeiro significado da comunidade enquanto símbolo de resistência.

Gratidão à minha esposa Rimie, que sempre esteve e está ao meu lado, apoiando-me, e ao meu filho João Pedro, meu maior orgulho e que me faz lutar a cada dia para construirmos os nossos objetivos.

À minha família: meu pai Paulo e minha mãe Nanci, os quais sempre acreditaram em mim; aos meus irmãos Vilmar, Raimunda, Edmilson e Zildene pelo apoio e incentivo; aos meus cunhados e sobrinhos que vibram com cada conquista nossa.

À família da minha esposa: Dona Mirtes, Dagmar, Rangel e Lara, que sempre nos apoiam.

Ao meu amigo Natalício, uma das primeiras pessoas que, através de nossas conversas, permitiu-me ter contato com a Arqueologia.

Quero estender minha gratidão ao meu professor e orientador Mauro, o qual sempre esteve pronto para me ajudar e sanar as minhas dúvidas.

Neste percurso não poderia faltar as minhas colegas de turma, em especial Maria Alda, Flávia, Drielly e Ana Bueno, que foram sempre prestativas comigo.

Quero externar minha Gratidão aos meus professores: Mageste, Vanessa Linke e Alencar, por todos os ensinamentos e os “puxões de orelhas” quando necessário. Serei sempre grato a cada um de vocês.

Aos colaboradores serei eternamente grato, Iva Parente, Irinete Parente, Isaias Gonçalves, Abdias de Macêdo, Neusa Belisário e Paulo Dias, vocês foram e serão fundamentais para a história do Zabelê.

Ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPArque) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), como também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí.

Por fim, quero me estender a todos que de forma direta ou indireta torceram por mim com palavras de incentivo e carinho. Gratidão!

Nunca desista dos seus sonhos
Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de discutir os elementos que fazem memória à história da comunidade Zabelê no município de São Raimundo Nonato. Partindo da premissa de que o desenvolvimento da pesquisa situa-se no território do Parque Nacional Serra da Capivara, na área onde ocorreu a desapropriação de moradores que tinham terras dentro da delimitação do PARNA, a partir do contexto das pesquisas arqueológicas do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). Assim, o seu desenvolvimento tem por propósito trazer as narrativas sobre o conhecimento arqueológico e as memórias da comunidade, de modo a envolver os atores locais e a sua importância acerca do patrimônio arqueológico, observando as leis e a valorização da memória social. A justificativa se apresenta no fato do lugar da referida pesquisa, ser a comunidade onde ocorreu a desapropriação de moradores que tinham terras dentro da delimitação do PNSC, especificamente a Comunidade Zabelê, no município de São Raimundo Nonato-PI. O impacto da retirada atingiu um contingente de 250 famílias que estavam dentro do território, afetando o coletivo social. Neste sentido, estudar os sujeitos é apresentar as coisas narradas pelas memórias, pela cultura e pela sociedade. A discussão sobre o sujeito-objeto permitirá mergulhar no contexto social da comunidade Zabelê, descrevendo o passado a partir do presente, de modo a não se permitir o apagamento desta comunidade. A metodologia aplicada é uma revisão bibliográfica em revistas científicas, livros e entrevistas com seis pessoas da comunidade, de modo que tenhamos uma compreensão do assunto proposto. Dentro dos resultados, apresenta-se os contextos sociopolíticos que envolvem as narrativas sobre formação da comunidade, elementos que compõem a criação do PARNA e a desapropriação dela.

Palavras-chave: memória, patrimônio, arqueologia.

ABSTRACT

The purpose of this work is to discuss the elements that commemorate the history of the Zabelê community in the municipality of São Raimundo Nonato. Starting from the premise that the development of the research is located in the territory of the Serra da Capivara National Park in the area where the expropriation of residents who had land within the PARNA delimitation occurred”, from the context of archaeological research in the Serra da Capivara National Park, Capybara (PNSC). Thus, its development aims to bring narratives about archaeological knowledge and community memories, in order to involve local actors and their importance regarding archaeological heritage, observing the laws and the valorization of social memory. The justification is that the place for this research will be about the community where the expropriation of residents who had land within the PNSC delimitation occurred, specifically the Zabelê community, in the municipality of São Raimundo Nonato-PI. The impact of the withdrawal affected a contingent of 250 families, who were within the territory, affecting the collective social side. In this sense, studying subjects means presenting things narrated by memories, culture and society. The discussion about the subject-object will allow us to delve into the social context of the Zabelê community, describing the past from a present context, so as not to allow the erasure of this community. The methodology applied is a bibliographic review in scientific journals, books and interviews with 6 people from the community, so that we have an understanding of the proposed subject. The results present the sociopolitical contexts that involve the narratives about community formation, elements that make up the creation of PARNA and the expropriation of this community.

Keywords: memory, heritage, archaeology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da comunidade no antigo Zabelê, com localização geográfica.	16
Figura 2- Fotografia de moradores da Comunidade Zabelê, em frente ao pé de algodão	60
Figura 3 - Fotografia da Comunidade Zabelê no feriado de 07 de setembro.....	62
Figura 4 - Foto da Comunidade Zabelê, em frente à escola.....	63
Figura 5 - Fotografia da escola do antigo Zabelê.	65
Figura 6 - Fotografia da sala de aula com alunos e corpo docente da Comunidade Zabelê.	66
Figura 7 - Fotografia da sala de aula com alunos e corpo docente da Comunidade Zabelê.	67
Figura 8 - Fotografia da placa de inauguração da escola, Comunidade Zabelê.....	69
Figura 9 - Fotografia da placa de inauguração da escola, Comunidade Zabelê.....	71
Figura 10 - Fotografia de moradores da Comunidade Zabelê no Tanque Grande em momento de lazer.....	74
Figura 11 - Fotografia das crianças da Comunidade Zabelê no Tanque Grande	75
Figura 12 - Fotografia na Comunidade Zabelê no Tanque Grande 35 após a criação da unidade de conservação	76
Figura 13 - Fotografias das Grungas, local de armazenamento da água da chuva...	77
Figura 14 - Mapa memórias Zabelê	81
Figura 15 - Fotografia, vista do cemitério do Zabelê com uma tomada realizada da parte de fora.	90
Figura 16 - Mapa Lugar sagrado Zabelê	91
Figura 17 - Fotografia, túmulos no cemitério do Zabelê.	92
Figura 18 - Fotografia dos túmulos construídos pelos familiares.....	93
Figura 19 - Fotografia no antigo Zabelê por moradores no dia de Finados	94
Figura 20 - Fotografia, túmulos no cemitério do Zabelê, no dia de Finados.....	94
Figura 21 - Fotografia do Tanque Grande na Comunidade Zabelê na atualidade.....	95
Figura 22 - Tanque do tio Júlio	96
Figura 23 - Fotografia do indício da casa do Paulo na Comunidade Zabelê.	97
Figura 24 - Fotografia, utensílio deixado por moradores Comunidade Zabelê, casa do tio Joaquim	97
Figura 25 - Resto de telha, casa Joaquim Belisário	98
Figura 26 - Grungas	98
Figura 27 - Casa de Pedra.	99
Figura 28 - Pilão deixado ao lado da Casa de Pedra	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNPPA - Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
WCPA - Comissão Internacional de Áreas Protegidas
FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAP - Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
PN - Parque Nacional
PARNA - Parque Nacional
PNSC - Parque Nacional Serra da Capivara
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente
UC - Unidade de conservação
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	22
2.1	História Oral: definições para além das fontes oficiais, caracterização da pesquisa.	22
2.2	Trabalho de campo	27
3	UM PANORAMA SOBRE A ORIGEM DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	30
3.1	Áreas de conservação e Parnas: primeiros apontamentos	30
3.2	A criação de reservas florestais e parques no Brasil	34
4	UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: DECOLONIAL, ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MEMÓRIA E AFETO.....	41
4.1	Decolonialidade dos Saberes	41
4.2	Arqueologia Pública	45
4.3	Memória: uma construção individual e coletiva.....	50
5	HISTÓRIA DE VIDA NA COMUNIDADE ZABELÊ 1829 - 1988, MEMÓRIAS.....	55
5.1	A comunidade, que Resiste ao Apagamento: origem e aspectos econômicos.....	55
5.2	Acesso à educação, uma política social e comunitária.....	62
5.3	As Políticas de Sobrevivência e o Acesso à Água: uma Memória Coletiva	72
6	AS PESQUISAS NO PNSC E AS IMPLICAÇÕES QUE ENVOLVERAM A ANTIGA COMUNIDADE ZABELÊ	79
6.1	A Criação do Parque e a relação com a Comunidade Zabelê	79
6.2	Antigo Zabelê nos tempos atuais	89
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal discutir os elementos que fazem memória à história da Comunidade Zabelê, no município de São Raimundo Nonato. Partindo da premissa de que o desenvolvimento da pesquisa situa-se no território do Parque Nacional Serra da Capivara, área onde ocorreu a desapropriação de moradores que tinham terras dentro da delimitação do PARNA.

De maneira específica, os objetivos são os seguintes: Apresentar elementos que fazem memória à história da Comunidade Zabelê; identificar o patrimônio material e imaterial do território; coletar narrativas, memórias sociais e histórias da comunidade, desde sua origem até a desapropriação; descrever os contextos narrados por moradores que foram desapropriados do referido lugar.

A criação da Unidade de Conservação do Parque Nacional Serra da Capivara em 1979, nos municípios, localizados no estado do Piauí, de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí, obriga a retirada das comunidades tradicionais da área e cria-se uma relação de interesses e conflitos múltiplos, entre instituição e moradores da comunidade, pois anos depois da criação do Parque, mais precisamente nos anos de 1987, 1988 e 1989, os moradores que se encontravam dentro da delimitação de área foram notificados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje equivalente ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e obrigados a saírem do território. Alguns receberam um valor como forma de indenização e outros não tiveram compensação, porém, mesmo assim, tiveram que sair.

O ponto de partida desta pesquisa se encontra na comunidade onde ocorreu a desapropriação de moradores que tinham terras dentro da delimitação do Parque Nacional Serra da Capivara, especificamente a Comunidade Zabelê, situada no município de São Raimundo Nonato, estado do Piauí. O interesse no desenvolvimento deste estudo, sobre a história da referida comunidade, tem como parâmetro a memória de uma criança de cinco anos de idade, que descreve momentos relacionados aos fatos ocorridos na Comunidade Zabelê, esta criança era eu.

O início dos relatos, em seu itinerário de tempo, apresenta fatos a respeito de uma viagem, cujos detalhes ligam-se às memórias da comunidade e sua desapropriação, tendo como referência um caminhão azul, carregando os pertences

de uma família: madeira, pedra de lavar, pedra de amolar, dois pés de laranja e uma banca de pote. Tais utensílios são sinais do rompimento de um ciclo da vida, haja vista que aquele lugar continuaria a fazer parte exclusivamente da memória, pois, a partir daquele momento, fez-se necessário reconstruir uma nova vida juntamente com meus pais e irmãos em outro lugar. Saímos da zona rural e passamos a morar na zona urbana, em uma casa com três cômodos dentro de um espaço de 5 metros quadrados.

Após 35 anos, hoje retorno à Comunidade Zabelê, agora como pesquisador, buscando os mínimos detalhes para montar o quebra-cabeça, com o intuito de entender quem é o Zabelê, quem é o povo que resiste às tentativas de apagamento, onde um pedacinho de uma telha, bem como as explicações do meu pai, fez-me entender e respirar o ar do local da casa onde nasci. Naquele momento me senti pertencente às minhas raízes, algo que não tenho como explicar em palavras, deixei escorrer as lágrimas nos olhos e com o coração acelerado aproveitei cada segundo na minha casa, embora fisicamente ela não exista mais.

A antiga Comunidade Zabelê se apresenta como um sítio arqueológico, capaz de permitir diversas possibilidades de pesquisas, configurando um ambiente multicultural. Quando refiro-me ao objeto de estudo, lembro que o mesmo é atravessado por sentimento de perda, dor, luto e apagamento, que se entrelaçam à memória. Porém, carrego comigo os elementos de resistência e de luta de pessoas como a tia Arlinda, militante que lutou incansavelmente para não sair do Zabelê, e Tio Joaquim Belisário, o homem que construiu a Casa de Pedra¹, que hoje serve de atração turística e símbolo de resistência.

Durante o processo de desapropriação, essas pessoas não se calavam, vozes firmes na defesa de seus ideais, embora lutar contra a ideologia colonial² não seria nada fácil, porém resistiram até o último momento para não se distanciar do seu lugar, da sua terra, do seu Zabelê, ou melhor, do nosso Zabelê. Portanto, esta pesquisa situa-se sobre a memória, sobre a história que resistirá. Para uma melhor compreensão do espaço de pesquisa, o mapa a seguir apresenta a referida localidade e locais que de algum modo fazem parte das lembranças do povo da comunidade e

¹A Casa de Pedra tinha por finalidade ser uma proteção para uma possível guerra. Foto será apresentada no corpo do trabalho.

²A ideologia colonial tem como requisito em suas investidas a deslegitimação da história do colonizado e sua cultura e símbolos, apagando, assim, sua memória por meio da doutrinação colonial (Silva, 2021).

que hoje pertencem ao PNSC (Parque Nacional Serra da Capivara), no município de São Raimundo Nonato.

Figura 1- Mapa da comunidade no antigo Zabelê, com localização geográfica.



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Tal problemática nos fez levantar questionamentos sobre as narrativas que envolvem a Comunidade Zabelê, considerando que, com a retirada das pessoas da comunidade, cria-se problemas, pois as casas foram destruídas, os tanques, (locais de armazenamento de água) já não existem mais como antes, a escola não tem mais alunos, os moradores ficaram sem destino certo, uns migraram para a zona urbana de São Raimundo Nonato e para a cidade de Flores do Piauí, muitos para outros estados do Brasil. Os familiares visitam seus entes queridos no dia de Finados, com uma autorização, pois em outro dia carece de guia com um valor estimado para a visita de R\$ 250,00. Contudo, partindo deste princípio, tecemos esta pesquisa tendo como objeto de estudo as memórias, de modo a entender a importância dos atores locais no processo de educação e preservação da história comunitária.

O estudo, dentro do contexto arqueológico, faz-se necessário pelo fato de que pesquisas sobre os vestígios presentes nos sítios arqueológicos podem produzir diálogos frutíferos, na perspectiva da divulgação científica e apropriação de saberes, representando, assim, um cenário de cooperação e valorização da memória social.

Ao descrever o itinerário de ocupação territorial, apresentaremos como marco temporal a atividade extrativista, pois as investidas no povoamento do lugar estão ligadas ao período de uma leva da maniçoba (*Manihot piauhyensis*), tempo em que as pessoas migraram de outros estados para o município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, em busca do látex, atividade extrativista de grande valor comercial para o estado, instalada na região que compreende o Vale da Serra Branca (Godoi, 1999).

A história da Comunidade Zabelê, no município de São Raimundo Nonato, é apresentada, aqui, a partir do trabalho de Godoi (1999), que trata da história de sua ocupação. O povoamento se dá através do tronco familiar do velho Vitorino dentro de uma genealogia, fazendo parte do núcleo territorial do Vale da Serra Branca, tendo como referência João Bernardo, Antônio Maroto e Manoel Roberto, sendo estes as primeiras pessoas que tiveram o contato com o lugar, no ano de 1902.

Dando seguimento sobre as narrativas da comunidade, recorreremos no diálogo a fatos e informações, enfatizando os depoimentos que contam a história da comunidade sob a óptica do desenvolvimento educacional da mesma, tendo como objetos materiais e imateriais, têm-se as narrativas através de moradores da comunidade em relatos que enfatizam o processo de educação.

Outro aspecto desenvolvido e apresentado, através de moradores, são os relatos de convivência na comunidade, partindo do princípio da relação com a água e os seus locais de armazenamento. Neste contexto, temos como referência os caldeirões, os tanques e as grungas³, esses espaços faziam parte do cotidiano das famílias, de modo a permitir que as pessoas se relacionassem em torno desse bem tão precioso, haja vista que estamos situados em uma região que tem como característica o semiárido nordestino, e a cooperação entre os moradores se tornaria elemento fundamental para aquisição da água.

Dentro da proposta da história da comunidade, cabe ressaltar os impactos nas vidas dos moradores, pois se quebra um círculo da vida. Agora eles vivem na cidade, porém sem terra para trabalhar, pois era da terra que se tirava o alimento através do trabalho na roça, o qual agora não existe mais. Portanto, as famílias tiveram que sair em 1988 com maior proporção, começaram a migrar, instalando-se em vários lugares do Brasil afora. Uma pequena parte já tinha começado a sair em 1987 e em 1989 os últimos moradores foram desapropriados.

O contexto citado faz parte da minha vida, faz parte das minhas lembranças, da minha memória e do cotidiano da minha família, criando um bloqueio relacionado ao sentimento de pertencimento, haja vista que as terras que eram nossas e faziam parte do nosso cotidiano não nos pertencem mais.

O sentimento de pertencimento, segundo Cardoso *et al.* (2017) é um ato de se olhar e sentir-se reconhecido ou, ainda, integrante de um determinado núcleo social, sendo algo carregado de valores éticos e morais e também símbolos, que se apresentam como características culturais. O sentimento de pertencimento vem carregado de singularidade, pois as circunstâncias vividas pelos sujeitos sociais são atravessadas por emoções vividas e apresentam-se conforme o ambiente, podendo ser consideradas únicas.

Portanto, a valorização do patrimônio cultural com a participação da comunidade é imprescindível para construção de uma identidade de grupo, pois o envolvimento comunitário e o engajamento dos membros locais fortalece os valores do estilo de vida das comunidades, os quais estão relacionados à memória e ao afeto, elementos que criam um sentimento de pertencimento (Cardoso, 2017).

³ Grungas: nome dado pelos moradores aos locais de armazenamento de água apresentados nas rochas.

Partindo da ideia de pertencimento, esta pesquisa é estruturada em três pontos importantes, sendo o primeiro: possibilitar uma compreensão sobre as narrativas a respeito das memórias das comunidades presentes na área do PNSC. Contudo, é sabido que as instituições de pesquisa precisam desenvolver um processo de reflexão sobre a produção do conhecimento arqueológico e sua interação com as comunidades do entorno.

Um segundo ponto: destaca-se que as produções de pesquisas de cunho científico dialoguem com a comunidade local sobre a ideia de patrimônio, essencialmente na perspectiva de produzir estratégias de pertencimento e compartilhamento de saberes. Com destaque para a valorização do método da história oral, de modo a promover um diálogo sobre as memórias, afeto e pertencimento.

Terceiro ponto: ressalta-se que o aludido estudo compõe um esforço no intuito de que as pesquisas arqueológicas com envolvimento de comunidades sejam apropriadas. Partindo do pressuposto defendido pela arqueologia pública⁴, onde o envolvimento das comunidades é uma estratégia de ação e de valorização das memórias, tanto individual quanto de grupo. Assim, a transposição didática dos estudos, já realizados, possibilita o aprofundamento de conhecimentos entre pesquisadores e moradores da extinta comunidade na temática de estudo.

Quando se gerencia a gestão do patrimônio cultural⁵ com grupos comunitários, cria-se possibilidade de trabalhar o patrimônio arqueológico com o público não arqueólogo, propondo fortalecer a relação direta das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um relacionamento destas com estes bens, favorecendo, assim, sua percepção para a responsabilidade pela valorização e preservação do

⁴ “O que é uma Arqueologia Pública (AP)? Para o arqueólogo britânico Nick Merriman, a dificuldade encontrada para definir esse campo de atuação da Arqueologia advém da própria complexidade de se estabelecer o que é o público. Para ele, desde o século XIX estamos acostumados a assistir aos financiamentos estatais de trabalhos arqueológicos (Merriman, 2004:3). Motivados pelo interesse de construir e fortalecer identidades nacionais, os Estados vinculavam-se às pesquisas acadêmicas apoiando seus desenvolvimentos, através dos museus ou, posteriormente, das universidades (Bastos e Funari, 2008: 1128). O custeio destas pesquisas com fundos públicos, por si só, poderia transformá-las em algo público” (Funari; Carvalho, 2015).

⁵ “O patrimônio cultural gera e fomenta uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade – comunidade de origem, comunidade de destino” (Mendes, 2012, p.17).

patrimônio arqueológico, numa espécie de simbiose entre a cidadania e a valorização de uma pluralidade cultural.

A distribuição dos capítulos se dará, inicialmente, com *Um panorama sobre a origem de áreas protegidas* na Unidade I, que trata das Áreas de Conservação e Parnas: primeiros apontamentos; A criação de reservas florestais e Parques no Brasil.

A unidade II, intitulada de *Decolonial Arqueologia Pública e Memória e Afeto: uma Arqueologia dos Saberes*, organiza-se da seguinte forma: A Decolonialidade dos saberes; Arqueologia Pública; Memória: uma construção individual e coletiva.

Na Unidade III está a Metodologia, que se constitui em História Oral: definições para além das oficiais e caracterização da pesquisa. Nessa unidade, tecemos as informações referentes ao trabalho realizado em campo através das entrevistas.

A Unidade IV, descreve-se *A História de Vida na Comunidade Zabelê 1829 - 1988, Memória*, apresenta-se assim: A comunidade que Resiste ao Apagamento: origem e aspectos econômicos; Acesso à Educação, uma política social e comunitária; As Políticas de Sobrevivência e o Acesso à Água: uma Memória Coletiva.

A Unidade V é reservada para *As Pesquisas no PNSC e as Implicações que envolveram a antiga Comunidade Zabelê*. Dentro dessa unidade, tecemos informações sobre Os Impactos da Criação do Parque para a Comunidade Zabelê; Antigo Zabelê nos tempos atuais.

Por fim, dentro das Considerações Finais, inferimos alguns posicionamentos a respeito do trabalho realizado, atentado para os caminhos da história da antiga Comunidade Zabelê, destacando memória, sentimento de pertencimento e como o território se coloca como sítio arqueológico.

Vale salientar, sobretudo, que historicamente o território teve sua ocupação atrelada a atividades extrativistas e rurais, antes da criação do Parque. Com a identificação dos sítios arqueológicos, notificaram-se as famílias, objetivando-se os seus deslocamentos, tendo como proposta indenizá-las. Contudo, esse processo é de certa forma conturbado, em decorrência de não ter espaço adequado para reassentá-las, tendo em vista que passaram a morar em bairros da cidade, longe do centro de São Raimundo Nonato.

Essas pessoas viveram um longo processo para readquirir um espaço adequado para se instalarem. Nove anos de luta, tempo necessário para que parte da população da antiga Comunidade Zabelê terem acesso a uma nova terra, no entanto,

junto deles, outras pessoas que não faziam parte do território foram beneficiadas, configurando, assim, uma nova comunidade, reconhecida como Novo Zabelê.

Atualmente, os moradores dessa nova comunidade se encontram mobilizados através de uma associação, tendo como objetivo a titulação em definitivo da posse da terra. Grande parte vive da agricultura familiar e são assistidos pelo INCRA, através de créditos rurais.

Depois deste apanhado geral e introdutório sobre a história que compõe a memória da Comunidade Zabelê, passaremos a apresentar como se desencadeou o procedimento metodológico desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

2.1 História Oral: definições para além das fontes oficiais, caracterização da pesquisa.

O presente estudo parte de uma metodologia embasada na história oral, a partir de entrevistas. Além do mais, para a sua realização, foi necessária ainda uma pesquisa de caráter bibliográfico, documental, exploratória e descritiva. Tendo como procedimento metodológico, para análise e coleta dos dados, uma abordagem qualiquantitativa. Para Minayo e Sanches (1993, p.247) “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa”.

Para a coleta de dados, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas. Para Manzini (1990/1991, p. 154), este tipo de entrevista está focado em um assunto sobre o qual se confecciona um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias da entrevista.

Desse modo, o percurso metodológico deste trabalho foi organizado em duas etapas, a citar: no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico e documental acerca de trabalhos já realizados sobre decolonial, arqueologia pública, memória e contextos da criação de parques.

A partir de análises bibliográficas, de acordo com Köche (2011, p.122), “se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”.

Severino (2013) disserta como é realizada uma pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2013, p.106).

Deste modo, a seleção e análise dos conteúdos possibilitou a leitura de documentos voltados à gestão patrimonial e de comunidades, de modo a permitir realizar fichamento, síntese, com propósito de melhor compreensão de informações e interpretação de fatos a respeito da temática. Neste sentido, os critérios de inclusão

serão os trabalhos que tratam da temática de revistas científicas que contextualizam com assuntos do tema proposto.

A segunda etapa da pesquisa teve como norte o levantamento das concepções acerca da arqueologia, assim como as principais expectativas da comunidade sobre as memórias da mesma. Nesta fase, abordamos e utilizamos como metodologia de pesquisa a coleta de informação por meio da História Oral.

Nessa segunda etapa, trabalhamos no tratamento das informações coletadas, tanto através da revisão bibliográfica e documental quanto na realização de entrevistas, observando a memória comunitária.

Para tanto, ressalta-se que a pesquisa em História Oral é um procedimento para a produção do conhecimento. De maneira que o passado é por nós produzido, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em vinculação com os processos coletivos. Criando ao longo do tempo uma memória construída por lembranças e esquecimentos, de famílias, tradições, história escutadas e registradas e vivências na comunidade (Delgado, 2010).

A primeira informação a respeito da história oral como atividade organizada é apresentada, em 1948, pelo professor Alan Neves, ao lançar o The Oral history Project da Universidade de Colúmbia. Contudo, o “boom” da história oral se apresenta por volta do final dos anos 60 e início dos anos 70 (Thompson, 1992).

Thompson (1992, p. 22) destaca que história oral não se coloca necessariamente como um instrumento de mudança, pois, para isso, sua utilidade está atrelada ao modo pela qual se deseja aplicá-la. Neste sentido, o autor afirma que “não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história”.

Ainda neste sentido:

Pode ser utilizado para alterar o enfoque da própria história e revelar Novos Campos de investigação; pode derrubar Barreiras que existiam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior na produção da história - seja em livros, museus, rádio ou cinema - pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas próprias palavras (Thompson, 1992, p. 22).

O livro *História oral*⁶: desafios para o século XXI fala sobre a riqueza de tradições orais no Brasil, destacando que a mesma inspirou diversos escritores como José Lins do Rego, Guimarães Rosa e Jorge Amado. Destaca, também, o trabalho de Tânia Almeida Gardon sobre a memória da gente de Itapuã. Nesse período, apresenta sua entrevista por telefone a Jorge Amado, onde ele não se vê como um bom escritor, porém afirma ser um bom tradutor da linguagem oral do povo da Bahia. (Ferreira; Fernandes; Alberti, 2000).

Freitas (2006) acrescenta que a história oral é capaz de fornecer documentação suficiente para a reconstrução do passado recente, uma vez que o contemporâneo também faz parte da história. O mesmo referencial destaca que a história oral também pode legitimar o presente, já que a história, por muito tempo, foi relegada ao tempo passado.

Conforme a autora, a voz é considerada um elemento em si mesmo. Suas variáveis confirmam sentido ao texto narrado, bem como permite a construção de significado e interpretação para além do que é mencionado. Através das potencialidades das fontes que resgatam os indivíduos, passam a ser compreendidos como sujeitos históricos.

Ainda neste sentido:

É pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela História que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento (Freitas, 2006 p. 47).

Ao abrir caminhos que dialoguem dentro da variável da oralidade, permitimo-nos embarcar sobre a arqueologia de modo que atravessamos nas agências dos acontecimentos sociais: política, sociedade, território e comunidade. A este respeito, Freitas (2006, p. 48) infere que: "a potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. Consequentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana".

⁶ História oral desafios para o século XXI de Maneta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. Este livro reúne as conferências proferidas durante o X Congresso Internacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1998.

Para Delgado (2017), a história oral se move em um espaço interdisciplinar, utilizando-se muitas vezes da música, das lembranças, da literatura e de fontes iconográficas, tendo por objetivo estimular a memória. Ela interage e dialoga com antropologia, psicanálise, sociologia, entre outras áreas, utilizando-a como suporte para a elaboração do roteiro de entrevistas e, também, condução do depoimento, portanto, é a memória na condição de fonte principal que alimenta e subsidia as narrativas para a elaboração do documento oficial.

Alberti (2004, p. 93) diz que “o trabalho com a história oral é constantemente retroalimentado, conforme avançamos em sua realização, voltamos para modificar algo de seu início”. Neste sentido, a história oral é um procedimento, um caminho, um meio viável para desenvolver conhecimento histórico.

O autor complementa dizendo que a história oral é um método de pesquisa, ela não é um fim em si mesmo, porém um caminho para a construção do conhecimento. A sua aplicabilidade só terá sentido no contexto de uma investigação científica, pressupondo-se a sua articulação através de um projeto de arguição científica. Para ele, antes de se pensar em história oral, carece formular questões e perguntas para que se justifique a aplicabilidade da investigação. Portanto, a sua utilização só será realizada a partir do ponto em que se define o objeto de pesquisa em questão e como ele será desenvolvido.

Delgado (2017) dialoga que a história oral é um procedimento que visa, através das fontes e documentos amparados em narrativas, sejam elas estimuladas ou induzidas, testemunhos, versão e interpretação sobre acontecimentos referentes à história decorrente de suas múltiplas dimensões. Por conseguinte, a história vivida não é um comportamento, mas sim o registro de depoimentos sobre os fatos ocorridos ao longo da história, sendo assim, ela é um procedimento que se atribui de premissas para a produção do conhecimento, envolvendo o entrevistador, o entrevistado e os equipamentos para a gravação.

Para Manzini (1991), uma vantagem em relação às entrevistas, comparando-a ao questionário, é que ela pode ter maior precisão das informações das respostas feitas pelo entrevistado, ela permite ao entrevistador, dentro de suas atribuições, fazer perguntas que são complementares e que se adequem aos pensamentos do entrevistado.

Ainda nesse sentido, a entrevista promove também uma interação entre entrevistador e entrevistado, de modo que permite ao condutor dela observar a postura, tom de voz e gestos, até mesmo as reações frente às perguntas que são impostas aos colaboradores. Outra questão frente às entrevistas, não necessariamente o colaborador careça de uma leitura ou escrita para participar, pois permite uma flexibilidade e aumenta possibilidade das pessoas participarem da entrevista do que responder um questionário (Manzini, 1991).

Em relação à transcrição, Manzini (2008 p. 04)

Apesar de o objetivo da transcrição ser transpor as informações orais em informações escritas, nesse processo, ocorre um segundo momento de escuta, no qual podem permear impressões e hipóteses que afloram intuitivamente durante o ato de escutar e transcrever. Essas impressões e hipóteses podem ser anotadas para depois serem investigadas pelo pesquisador. Esses apontamentos, na maioria das vezes, são muito válidos para a interpretação dos dados. Essas impressões podem ser impressões que se corroboram, ou poderão, no futuro, ser descartadas. Sempre quando está sendo realizada a transcrição, há uma tendência, intencional ou não, em interpretar a informação. Às vezes, logo após uma entrevista, uma imagem é idealizada sobre as informações que foram coletadas e, ao realizar a transcrição, essa imagem pode ser totalmente desfeita. Em outras, essa imagem é ampliada ao realizar a transcrição.

Grava (2019) afirma que a técnica de gravação possibilita aos pesquisadores auscultar de forma atenciosa e com cuidado as narrativas do entrevistado, promovendo uma maior credibilidade no ato da transcrição, ajudando, assim, a fazer uma análise reflexiva, principalmente quando transforma palavras faladas em palavras escritas.

Em nosso trabalho utilizamos como estratégia a história oral e, portanto, vale destacar algumas etapas desenvolvidas: Organização de roteiro de maneira a evidenciar as concepções, assim como elucidar as expectativas da comunidade frente à pesquisa em questão; análise e síntese do roteiro com as questões produzidas e realização da entrevista.

A sistematização e análise das entrevistas compreende três estágios, a citar: a) transcrição das entrevistas: objetivando reproduzir na íntegra todos os depoimentos, sem supressões nem acréscimos; b) Conferência dos escritos, buscando obter alto nível de confiabilidade; c) análise e discussão das entrevistas.

Buscando dialogar com os estágios supracitados, a nossa pesquisa elegeu a categoria de entrevistado, residentes da Comunidade Zabelê que passaram pelo processo de desapropriação, e, através deles, absorver um máximo de informações sobre a comunidade.

A transcrição das entrevistas possibilitou um aprofundamento sobre os acontecimentos relacionados à educação da Comunidade Zabelê. Assim, ao transcrever as entrevistas e enfatizar os fatos, apresentando as memórias e que as mesmas sirvam como documento para futuras pesquisas relacionadas a esta problemática. Nas entrevistas, encontra-se o discurso e lugar de fala⁷, bem como as possibilidades de interpretação, seja de forma objetiva ou subjetiva. A proposta do lugar de fala é justamente por entender que existem outras interpretações, posicionamentos, sobre determinados pensamentos, como é o caso da retirada de moradores em áreas de conservação, atribuindo, assim, a ampliação do debate, possibilitando diferentes perspectivas de entendimento. No tópico seguinte, apresenta-se como foi realizada a pesquisa de campo.

2.2 Trabalho de campo

A primeira parte do trabalho de campo foi realizada a partir do mês de fevereiro de 2023, foram selecionados seis colaboradores: Iva Parente, Irinete Parente, Isaias Gonçalves, Paulo Dias, Abidias Macêdo e Neusa Belizario. A escolha dos colaboradores se desenvolveu pelo fato de tentar ouvir outras pessoas que passaram pela desapropriação, buscando depoimentos novos.

No dia 06 de fevereiro de 2023 iniciei os trabalhos de campo. Por volta das 20 horas estive na casa da família do seu Keller (em memória), no bairro Paraíso das Aves, em São Raimundo Nonato-PI. Fui recepcionado por Iva Parente, que cordialmente me convidou para adentrar na residência, oferecendo-me um lugar pra sentar. Iniciamos a conversa, na qual apresentei a minha proposta de trabalho, e logo solicitei se a mesma poderia contribuir através de entrevista para a produção do trabalho. Ficamos acordados que a nossa conversa futura seria na quarta-feira, dia 08, e que seria uma entrevista a partir de roteiro com perguntas prontas, para embasar

⁷ Ler mais em Ribeiro, (2017. 37) “Pensamos, lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. Destaca ainda que: “Pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (Ribeiro, 2017, p.48).

o nosso diálogo. Na oportunidade, falei que levaria uma colega de estudo para me ajudar e seria Maria Alda.

Dia 08 de fevereiro, às 5 horas e 30 minutos, saí da minha residência, passei na casa de Maria Alda e seguimos para a casa da Iva para realizar a entrevista. Ela prontamente nos atendeu, adentramos para o local onde iniciamos o diálogo.

Os instrumentos que utilizamos para gravar foram dois celulares, onde fizemos a captação no APP gravador de voz fácil e também pelo APP Whatsapp, no modo digitar por áudio, pois, desse modo, as informações dadas nas entrevistas já se apresentam em forma texto. No entanto, deixamos informada a depoente que iríamos editar o texto conforme o áudio do APP gravador de voz fácil, com o propósito de trazer na íntegra todas as informações, caso o outro aplicativo não conseguisse captar a fala completa.

No decorrer do diálogo, uma das irmãs de Iva, a Irinete, passou a fazer parte dele, apresentando-se como colaboradora para a pesquisa. Por fim, pedi a elas que me autorizassem a fazer uso dos relatos. Tive uma confirmação positiva, mas com uma ressalva, que eu fosse fiel às falas, também acrescentaram: "você tem responsabilidade, o dever sobre a ótica do Zabelê".

No dia 14 fevereiro 2023, estive na casa de Abdias Macêdo, fui recepcionado pela sua esposa, que cordialmente me convidou para sentar numa cadeira, e começamos um diálogo, ela sempre empolgada dizendo que seu esposo tinha muita informação sobre o Zabelê. Logo que ele chegou, dirigiu-se a minha pessoa com cumprimentos e dizendo que na medida do possível me ajudaria, disse que responderia o que ele soubesse sobre o Zabelê.

Então, propus a ele conversar um diálogo apresentando um roteiro de perguntas sobre a comunidade e de acordo com as palavras-chave, que eu iria identificar, íamos aprofundando. Inicialmente falamos sobre as atividades econômicas desenvolvidas na comunidade, ele destacou, entre as mais importantes, a produção do fumo, adentrando no diálogo foi mencionada a educação, os professores e, também, um ponto central que foi o fato dele já pensar em uma qualificação profissional, Abdias realizou o curso de montador de rádio (essas informações serão problematizadas de forma mais detalhada no capítulo 4). Por fim, adentramos, no diálogo mencionado, a questão do acesso à água, destacando duas especificidades.

Vale destacar que ele, juntamente com sua esposa, guardam o certificado do curso. Hoje Abdias é servidor público municipal em São Raimundo Nonato.

No dia 16 de fevereiro 2023, estive na casa de Isaías Gonçalves de Miranda que, prontamente, atendeu-me e foi solícito às minhas indagações a respeito da Comunidade Zabelê, assim como os demais colaboradores, a proposta apresentada a ele era de um diálogo sem perguntas pré-definidas, pois o que eu pretendia era ouvir deles algo que fosse espontâneo, sem ter um direcionamento pronto, para minha grata surpresa, Isaías apresentou as mesmas informações relacionadas ao cotidiano da Comunidade, citou a questão do trabalho, fumo como atividade importante para o desenvolvimento da comunidade, também o solo Procópio para o plantio até para o arroz. Citou fatos relacionados à educação, como os professores. Por fim, destacou os comerciantes da comunidade.

Em visita à casa de Neusa Belisário de Sousa, uma das primeiras pessoas a qual me propus dialogar, tive a grata surpresa de encontrar grande parte do acervo que utilizei neste trabalho, pois a mesma guarda, com imenso cuidado e zelo, fotografias armazenadas em binóculos. Registros esses que contam um pouco do cotidiano da comunidade, pois a imagem vai de encontro às entrevistas que tive com os outros colaboradores.

A outra parte da pesquisa realizada no trabalho de campo ocorre nos dias 02 de setembro e 02 de novembro de 2023, quando realizei visitas à Comunidade Zabelê observando os possíveis lugares.

Dando segmento à proposta do trabalho, a seção seguinte faz uma abordagem a respeito de áreas protegidas, enfatizado suas primeiras informações, dialoga sobre a criação de parques, tendo como parâmetros as ideias de reservas florestais e áreas de conservação.

3 UM PANORAMA SOBRE A ORIGEM DE ÁREAS PROTEGIDAS

A proposta inicial desta seção é fazer uma discussão sobre criação e proteção de áreas florestais, tendo como parâmetro o conceito de unidade de conservação, reservas florestais e a implantação de parques, de modo a situar como a humanidade ao longo de sua história debate essa problemática.

3.1 Áreas de conservação e Parnas: primeiros apontamentos

A ideia de área protegida é decorrente de longa data e as primeiras informações dentro da história da humanidade a esse respeito remontam ao período de 252 a.C., na Índia. Foi ordenado, pelo imperador Ashoka, a criação e proteção de áreas florestais e de algumas espécies aquáticas e terrestres. Posteriormente, registrou-se a criação de Parques de Caças voltados para a realeza, tendo como finalidade a recreação. O primeiro registro voltado para esse tipo de parque data-se em 648 a.C., na Ilha da Sumatra. Na África, os primeiros registros de áreas protegidas são relacionados aos curandeiros e às divindades (Almeida, 2014).

Neste contexto de áreas protegidas, o conceito de unidade de conservação é o resultado de três visões diferentes existentes na história da humanidade, tendo em vista que,

O mais antigo registro apontava a necessidade de se preservarem áreas naturais ou sítios culturais valiosos, por questões religiosas ou históricas, por causa das espécies silvestres que habitavam tais locais, ou por sua beleza e características naturais próprias. Em uma fase posterior, o conceito relacionava-se aos recursos de alto valor, como mananciais de água, de caça e de plantas medicinais ou madeira. E mais recentemente, em manter a diversidade biológica (Almeida, 2014, 19).

Ainda considerando o conceito de áreas protegidas, observando a conservação do meio ambiente, outro pensamento se desenvolve a partir da ideia de se preservar as reservas florestais. Os primeiros apontamentos a esse respeito, citados por lei, com fim específico de conservação, foram sobre a Reserva de Tobago, nas Ilhas de Trindade e Tobago, no Caribe, em 1776, sendo considerado um fato histórico, bem como a manutenção do meio ambiente, pois o objetivo de conservar esse espaço era atrair chuva com maior intensidade, de modo a contribuir para a fertilidade das terras (Pureza, 2014).

No que diz respeito às ideias de conservação, Souza (2013) enfatiza que os pensamentos de entusiastas da proteção ao meio ambiente e naturalistas presentes na América do Norte e na Europa, durante os períodos correspondentes aos séculos XVIII e XIX, serviram como alicerce para a construção da história recente do que se pensa sobre conservação da natureza. A criação de grupos organizados possibilitou a ampliação da discussão a respeito do meio ambiente, em caráter nacional e, posteriormente, internacional, criando, assim, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Segundo o autor,

As reflexões pioneiras sobre a conservação da natureza avançaram ainda mais na América do Norte no ano de 1864 com George Perkins Marsh, diplomata e fisiologista norte americano cuja obra chegou à Europa, ao Mediterrâneo e à Ásia. Foi ele quem escreveu um dos primeiros trabalhos de que se tem registro sobre os impactos destrutivos da humanidade sobre o mundo natural: *Man and Nature*. Dois anos depois, em 1866, o cientista alemão Ernst Haeckel usou pela primeira vez o termo 'ecologia' para descrever a rede composta pelos organismos vivos e o ambiente biofísico ao redor deles. Haeckel se destacaria ainda, algum tempo depois, por seus ataques ao cristianismo por este ser uma das religiões que eleva a espécie humana sobre as demais espécies. Para o naturalista europeu, a humanidade é parte da natureza e a natureza é bela e ordenada (Holdgate, 1999), fatos que, na visão clássica sobre a conservação, justificariam a manutenção dessas áreas em seu estado original (Souza, 2013, p. 22-23).

Para Souza, os movimentos conservadoristas presentes na América do Norte e Europa possibilitaram o surgimento de três pilares principais, “a redescoberta do romantismo na natureza, a exploração científica do mundo natural e a repulsa causada pela ameaça e pelo desaparecimento de espécies selvagens”, (Souza, 2013, p. 21). Esse tipo de pensamento se colocou como tripé balizador e modelo predominante para o paradigma clássico de conservação em meados do século XX.

Na atualidade, segundo Almeida (2014), os Programas Globais desempenhados pela UICN apresentam os subsequentes eixos temáticos: economia, direito ambiental, negócio, gestão de ecossistemas, conservação florestal, igualdade e equidade de gênero, política global, áreas protegidas, áreas marinhas e polares, política social, ciência e conhecimento, espécies, água e patrimônio mundial. Conforme a autora:

Em 1962, a UICN criou a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPPA), hoje chamada de Comissão Internacional de Áreas Protegidas (WCPA), com a missão de promover o fortalecimento de uma rede de representantes (gestores e especialistas) de áreas protegidas do mundo todo e o fortalecimento de uma gestão mais eficaz de tais áreas (Almeida, 2014, p. 22)

No que diz respeito à criação de Parques Nacionais (PN), o Parque Nacional Americano, Yellowstone, 1872, é considerado o primeiro, sendo este uma referência no que subentende-se como a primeira investida de implementar o manejo em unidades de conservação. A implantação do Yellowstone está atrelada à defesa da beleza cênica local e hoje é considerado símbolo importante de lazer para os norte-americanos (Almeida, 2014).

Conforme Aguiar, Moreau e Fontes (2013), a efervescência acerca da preservação do mundo natural ou “mundo selvagem” teria iniciado na Europa no século XIX; antes disso predominava a ideia de não valorização. Destaca-se ainda que, em decorrência dos avanços relacionados ao crescimento da História Natural, novos significados foram se imprimindo para a preservação das áreas naturais, tendo como pré-requisito a sua valorização.

Segundo Diegues (1996), a criação dos parques nacionais nos Estados Unidos, a partir do início do XIX, apresenta-se como divergência dos interesses dos desenvolvimentistas, dos conservacionistas e dos preservacionistas puros, de certo ponto de vista, este último pensamento foi o que prevaleceu, assim, os parques nacionais se encontravam dentro de uma linha de pensamento preservacionista puro, caracterizando-se pela exclusão dos seus possíveis moradores de forma completa, de modo que o espaço do parque seria exclusivamente para a presença de visitante.

Neste quesito, afirma-se que os mecanismos que envolviam a preservação do meio ambiente não incluíam os possíveis moradores. Sobre esse assunto, destaca-se que o modelo de PN sem moradores foi passível de críticas, tanto nos Estados Unidos como em outras partes fora do país, sendo que parcela das críticas internas partiu dos preservacionistas puros durante a segunda metade do século XIX (Diegues, 1996).

Segundo Rodman (1973 *apud* Diegues, 1996), os modelos de criação de parque se direcionavam para critério sobre uma visão antropocêntrica⁸, uma vez que os benefícios direcionam-se para a população urbana, de modo a valorizar principalmente as motivações religiosas, estéticas e culturais dos humanos. No entanto, no que se refere à percepção de áreas naturais, enfatizam que tiveram seu desenvolvimento de forma inadequada e injustamente seletiva, haja vista que existe um privilégio do ponto de vista estético para as áreas naturais, segundo os valores ocidentais, que privilegiam os grandes canyons e as florestas, por outro lado discriminam áreas menores, como pântanos e brejos.

Nada o bastante que impedisse que o conservacionismo se espalhasse mundo afora durante o período do século XIX. A esse respeito, Diegues (1996) disserta apresentando alguns problemas, principalmente em países de Terceiro Mundo, provocando crises, conflitos e traumas para os povos tradicionais.

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre "povos" e "parques". Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as "populações tradicionais" de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por Muir e os primeiros "ideólogos" dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone" de parques sem moradores de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a "crise da conservação (Diegues, 1996, p. 39).

O sistema do conservadorismo, modelo do Parque Yellowstone, apresenta-se como base para outros parques, inclusive no Brasil, onde existem em suas terras

⁸ A visão antropocêntrica era muito clara na Inglaterra do século XVIII, quando a autoridade humana sobre o mundo natural era virtualmente ilimitada e a domesticação dos animais uma atividade considerada benéfica para o homem. Descartes levou essa separação entre o homem e a natureza ao extremo, pregando um Deus totalmente transcendente, externo à Criação. Afirmava que somente o homem era um animal racional e negava a existência de alma aos animais, abrindo caminho aos maus-tratos desses seres. Nesse contexto, a função da religião era controlar os instintos animais do ser humano. A partir do século XIX, essa atitude começou a mudar, com o avanço da História Natural, com a valorização do mundo selvagem em relação à natureza domesticada (Diegues, 1996, p. 45).

inúmeras comunidades tradicionais que foram afetadas de maneira direta, provocando conflitos e resistências. Segundo Souza (2013), em relação ao Parque Yellowstone, cinco anos após a sua implantação 300 pessoas morreram em conflitos entre povos locais e as pessoas que administravam a área. Para ele, exercitar reflexões sobre esse tipo de acontecimento, os paradigmas clássico e moderno, é necessário, principalmente no que tange os conflitos com as populações humanas, sobretudo as que são compreendidas como tradicionais, haja vista que no modelo clássico sua premissa não se preocupava com o conflito, pois a retirada deveria acontecer onde se importavam com os métodos, que muitas vezes eram de forma violenta com habitantes que ocupavam tais regiões. A justificativa se encontrava regulamentada na proteção de características naturais, que frequentemente eram impactadas pelas ações humanas.

Portanto, nos próximos passos iremos tratar como se instituíram a criação dos PN, fazendo referência às ideias de conservação, como isso foi sendo implantado no Brasil enquanto um modelo de unidade de conservação gerenciada adequadamente.

3.2 A criação de reservas florestais e parques no Brasil

Os primeiros apontamentos a respeito de reservas florestais no Brasil são decorrentes do período colonial, sendo editado em 1605 o Regimento do Pau-Brasil, tendo como enfoque a preservação da espécie, haja vista que notadamente a árvore fazia parte do círculo econômico português, sendo então, estas as primeiras tratativas no que diz respeito às reservas florestais (Almeida, 2014).

Segundo Leuzinguer (*apud* Almeida, 2014 p. 29), em 1796 “as Cartas Régias declararam ser de posse da Coroa todas as matas e árvores do país com o objetivo de coibir o corte de espécies de árvores cuja madeira era recurso importante para a metrópole”, esse tipo de iniciativa visava coibir a retirada de recursos naturais.

O Parque Nacional do Itatiaia foi o primeiro criado no Brasil, no ano de 1937. Desde a sua criação até os dias de hoje, o país adota a premissa de que as terras onde se localizam os Parques devem pertencer de maneira integral ao patrimônio público. Também conhecidos como Unidades de Conservação, eles se configuram como a maior estratégia de conservação da biodiversidade do país (Rocha; Drummond; Ganem, 2010).

Um modelo de unidade de conservação no Brasil é, que se apresenta em conformidade com regimento que estabelece a integração e a biodiversidade, o Parque Nacional do Iguaçu. Criado em 1939, abriga o maior remanescente de Mata Atlântica (floresta estacional semidecídua) da região sul do país. Segundo Pires (2015), o Parque tem a direção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a entidade federal é responsável pela manutenção e gestão das Unidades de Conservação do Brasil. Para a autora, o Parna do Iguaçu é um exemplo de integração entre a conservação e o manejo sustentável de seus recursos naturais.

Rocha, Drummond e Ganem (2010), embasados em dados do Ministério do Meio Ambiente, mencionam que, até agosto de 2008, o Brasil possuía um total de 65 Parques Nacionais e mais de 650 unidades de conservação de outras categorias.

Campos, Félix e Vasconcelos (2011) destacam que, após a criação do primeiro PN no Brasil, foi estabelecida a criação, em 1939, do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, a partir do Decreto lei nº 1.822. Com o início da Segunda Guerra Mundial, na década de 40, pouco se avançou no sentido da conservação ambiental.

Na década de 50, por sua vez, foi enviado ao Congresso a proposta de criação de um novo código florestal brasileiro, sancionado 15 anos depois, sendo a Lei nº 4.771. Em relação a esta lei, Campos, Félix e Vasconcelos (2011, p. 06-07) destacam o seguinte:

A nova lei reconheceu as florestas e todas as formas de vegetação brasileiras como bens públicos, impondo limites ao direito de propriedade e estabeleceu critérios mínimos para a preservação permanente de áreas e para a criação de parques e reservas biológicas. Além disso, ratificava a autoria do Estado sobre as florestas particulares, estabelecia penalidades criminais por infrações, estendia a proteção a outros tipos de vegetação e simplificava a classificação das florestas.

Nos anos de 1970, são realizados importantes encontros internacionais sobre a temática, com destaque para a Conferência de Estocolmo, em 1972. No ano seguinte, 1973, é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA (Decreto nº 73.030). Já em 1979 é promulgado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto nº 84.017). No ano de 2000, foi sancionada a Lei nº 9.985 que institui o

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Campos; Félix; Vasconcelos, 2011).

No que diz respeito ao Parque Nacional Serra da Capivara - PNSC, ele está localizado no estado do Piauí, entre os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí, sendo os dois mais próximos de seus limites. Seu território é de 129.140 hectares, estendendo-se por um perímetro de mais de 200 quilômetros (Martins, 2011).

Segundo Souza (2010), no artigo 2º código florestal, o Parque Nacional Serra da Capivara tem por finalidade proteger a fauna, a flora, as belezas naturais e os monumentos arqueológicos que se apresentavam existentes no local, baseando-se na Lei de número 4.771, de 15 de setembro de 1965. Ainda, de acordo com a autora, o Parque foi inserido no livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, sendo instituído como Patrimônio Mundial pela UNESCO no ano de 1991.

A razão central para a criação da referida unidade de conservação foi a existência de vários sítios arqueológicos, tomados como locais ricos em evidências de vida e cultura de populações antigas, propícios para a realização de pesquisas e coletas. Segundo dados de 1998 da ONG que é responsável pela gestão da UC, havia um total de 462 sítios, dispostos em área de quatro municípios piauienses: Coronel José Dias, abrigando 218 sítios, 46 arqueológicos (47,19%); São Raimundo Nonato, 156 sítios (33,77%); João Costa, 47 (10,17%) e Brejo do Piauí, 41 (8,87%) (FUMDHAM, 1998 *apud* Sousa, 2010, p.45).

A criação do PNSC, segundo Martins (2011), deu-se a partir da constatação de que a região em que o mesmo se localiza, era alvo de exploração, seja por meio da caça, plantio e/ou outras formas, o que se configurava como uma ameaça às suas riquezas, como a fauna, a flora e, naturalmente, o grande número de sítios arqueológicos, bem como a importância de cada um.

Neste sentido, as principais motivações para a sua criação foram as seguintes:

Ambientais: paisagens variadas nas serras, vales e planícies, com vegetação de caatinga.

Culturais: maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, a maioria com pinturas e gravuras rupestres, nos quais se encontram vestígios extremamente antigos da presença do homem (entre 50.000 e 60.000 anos antes do presente).

Turísticas: pontos de observação privilegiados de paisagens de grande beleza natural. Possui alto potencial para o turismo cultural e ecológico, constituindo uma alternativa de desenvolvimento para a região, cujos recursos naturais são limitados pela época da seca (Martins, 2011, p. 52-53).

Ao tomar conhecimento da situação de exploração da área, as autoridades competentes assinaram, no dia 05 de junho de 1979, o decreto nº 83.548, da Presidência da República, cujo intuito é “proteger o imenso e importante Patrimônio Natural e Cultural, único do Nordeste, encravado no semiárido piauiense” (Ribeiro, 2015, p. 81).

Para além da repercussão científica da criação do PNSC, Silva (2019, p. 54) aponta que ela não se deu de maneira pacífica: “a enorme repercussão científica do Parque frequentemente ofusca para o grande público os elementos conflituosos que colocam em xeque a identificação de parte dos moradores locais com aquele patrimônio”.

Silva (2019) acrescenta que, ao analisar publicações bibliográficas e documentais acerca da criação do PNSC, é possível encontrar uma narrativa hegemonicamente institucional, que majoritariamente demonstra a importância do Parque a partir de suas riquezas naturais e arqueológicas, negligenciando os impactos desencadeados na vida dos moradores locais.

Com a criação do Parque foi colocada em prática a fiscalização ambiental, cujo objetivo era modificar a relação da população local com o meio ambiente, coibindo, assim, a exploração de madeira, o plantio e outras práticas comuns na região. Ademais, as populações ao redor do PNSC foram desapropriadas. Segundo Silva (2019, p. 54): “naquela época, o Código Florestal e Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiro determinava que nenhuma comunidade humana continuasse trabalhando ou morando dentro da Unidade de Conservação”.

O PNSC é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO desde o ano de 1991, por conta da grande quantidade de sítios arqueológicos, sendo a maioria deles com presença de registros rupestres que remontam a uma ocupação antiga por grupos humanos. Atualmente, é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). A partir desse conhecimento, precisamos compartilhar esforços no sentido de acessibilizar o conhecimento arqueológico, que

julgamos ser uma medida para uma atuação mais consistente com as comunidades envolvidas neste processo de conservação.

Sabe-se que o processo de construção da cidadania perpassa pela socialização dos conhecimentos. Considerando isso, Barcelos (2012) destaca que a Arqueologia é uma área de grande potencial sobre escolhas, definições e seleções do que pode ou não ser considerado legado ao futuro como patrimônio e, mais que isso, trata-se de uma área com potencial de interferência nos referenciais de memória e de identidade de muitas comunidades contemporâneas. Portanto, torna acessível o conhecimento que se configura como ato de cidadania e, também, como uma peça fundamental para o desenvolvimento arqueológico.

Segundo Oliveira e Borges, (2015) a arqueóloga Niède Guidon teve o primeiro contato com as pinturas rupestres existentes no Parque Nacional Serra da Capivara quando desenvolvia uma pesquisa junto à Universidade de São Paulo (USP), estava em uma organização de uma exposição, em Minas Gerais, que tratava justamente de pinturas rupestres. Nesta ocasião, recebeu fotos das então pinturas existentes no município de São Raimundo Nonato.

Em entrevista realizada por Oliveira; Borges (2015) com a arqueóloga Niède Guidon, temos o relato no qual a pesquisadora fala de suas primeiras impressões sobre o primeiro contato com as fotos das pinturas rupestres.

Eu olhei as fotos e vi que era algo completamente diferente. Perguntei a ele onde era, ele me disse como fazia para vir até aqui. Isso foi em junho, e nas férias de dezembro eu peguei meu carro e vim. Só que dezembro chovia muito, e uma ponte do rio São Francisco tinha arrombado e eu não consegui passar. Depois, então, em 64, eu saí da USP, fui embora pra França, fiquei trabalhando na França, mas aquelas pinturas... eu fiquei com elas na cabeça. E em 1970 eu vim numa Missão Francesa aos índios de Goiás. Quando terminou o trabalho lá, eu disse: não, agora eu vou passar pelo Piauí! E cheguei ao povoado que naquela época se chamava Várzea Grande, que hoje é Coronel José Dias. E conversei com as pessoas e elas disseram assim: “tem aí”, foram me mostrar, me mostraram cinco sítios ali no desfiladeiro da Capivara, então eu fiz as fotos, levei pra França e com isso eu consegui criar uma missão (Oliveira; Borges, 2015, p. 111).

Portanto, a partir de 1970, com a missão franco-brasileira, dirigida por Niède Guidon, Silvia Maranca e Ane Marie-Pessis, que esta riqueza do registro arqueológico do PNSC veio se tornar conhecida pelo mundo inteiro e, posteriormente, caracterizar-se como um ambiente de pesquisa interdisciplinar, possibilitando, com isso,

investigações mais amplas sobre o modo de vida dos grupos humanos que habitaram a região do PNSC em períodos pré-históricos.

Em 1978, Niède Guidon encaminhou um relatório para Brasília mostrando a importância dos vestígios arqueológicos encontrados e ressaltando a necessidade de preservar o bioma da Caatinga. Em resposta, em 1979, o governo Federal instituiu o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). O parque foi inicialmente criado com uma área de 100.000 ha, através do Decreto Presidencial nº 83.548, de 05 de junho de 1979. Com base no Decreto Presidencial nº 99.143, de 12 de março de 1990, a área de proteção ambiental do Parque Nacional foi aumentada para 129.140 ha (Silva, 2019, 53).

Conforme Oliveira e Borges (2015), a crítica presente nas tratativas, em relação à comunidade, dá-se pelo fato em que o contexto do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas se apresenta em ideias positivas, momento em que os Parques se desenvolviam sobre ideias de conservação, tendo como parâmetro o Yellowstone nos Estados Unidos e Kakadu na Austrália.

No Brasil, atravessado pelo regime militar, priorizava-se o crescimento econômico, atentando-se para medidas protetivas para o meio ambiente, resultando na implantação de órgãos de regulamentação e controle, como foi o caso da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, criada em 1973. Tempo este em que começava a se desenvolver as pesquisas no Parque Nacional Serra da Capivara, (Moreira; Gomes; Salvio, 2023).

Outro ponto em destaque referente à retirada de pessoas dos seus espaços de moradia no Brasil, durante o período da ditadura militar, desenvolveu-se ao longo do processo da construção da Barragem de Sobradinho, entre 1972 e 1980, obra realizada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), afetando cerca de 70 mil famílias no estado da Bahia, nas cidades de Juazeiro, Sento-Sé, Xique-Xique, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado (Nobre; Santos, 2019).

O problema apresentado em relação à Barragem de Sobradinho se assemelha com o ocorrido no território que compõe o Parque Nacional Serra da Capivara, em relação ao impacto voltado às famílias. Os danos são relacionados à ideia de identidade, pertencimento e memórias, são semelhantes, pois as pessoas que foram afetadas se colocam dentro desses sentimentos. Eles divergem em relação aos impactos socioambientais, embora nos dois empreendimentos existam, na Barragem de Sobradinho afetou um número maior de famílias. Na seção seguinte, dialogaremos

sobre alguns conceitos que lidam com comunidade e memórias, dentro de uma perspectiva decolonial, observando os novos agentes sociais.

4 UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: DECOLONIAL, ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MEMÓRIA E AFETO

O presente capítulo tem como finalidade dialogar sobre as formas de se construir conhecimento, a partir de diferentes epistemologias. A elaboração deste trabalho parte de reflexões interdisciplinares, observando contexto que se desvincula desse discurso autorizado sobre como se faz ciência dentro de uma visão não colonizadora. A proposta de estudar as práticas arqueológicas para além do discurso de autorização, ao qual a memória sobre a história do Zabelê se faz presente, embarca-nos em conceitos arqueológicos, de modo a observar as múltiplas possibilidades de se pensar os agentes construtores de saberes.

Ao dialogar sobre a história da comunidade, percorrendo o caminho da oralidade, memória, senso comum e tempo, sendo estes os saberes arqueológicos da memória do Zabelê, que vão se constituindo e estarão carregados de significado, pois cada indivíduo traz a sua visão temporal dos fatos e as memórias desses espaços são capazes de promover novas formas de se pensar as ciências.

Nesse sentido, através de alguns referenciais teóricos, como Funari (2007), Dodói(1999), Silva (2021), Freitas (2006) e Mignolo (2017), propomo-nos desenvolver a pesquisa dentro de uma proposta decolonial, descrever elementos como afeto, memórias e história oral.

4.1 Decolonialidade dos Saberes

Ao dialogar com as questões a respeito da construção de saberes que envolvem humanidade, sobretudo no que se refere a sua história, nota-se que por um longo período esses saberes estiveram acompanhados de documentos oficiais, principalmente quando se refere a uma visão colonizadora, sendo estes os modelos padrões de sociedade, cultura e progresso. Partindo por um caminho de conhecimento através de saberes sob a óptica decolonial, rompe-se com esse paradigma colonizador ao criar novas propostas para a elaboração de uma nova abordagem sobre pesquisas científicas, observando as particularidades e características de cada cultura, de cada povo, onde as transmissões de saberes acontecem.

Ao pensar através de novos agentes sociais, é possível criar uma nova forma de se construir e pensar os outros saberes arqueológicos, utilizando-se de suas vivências e memórias, ao ponto de que esses saberes se multiplicam, na medida em que as fontes narram suas histórias, rompendo com normas e padrões de um sistema colonizador eurocêntrico.

Para Mignolo (2017, p.13):

“Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade. E decolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade.

Compreende-se colonialidade como uma consequência do colonialismo, capaz de determinar as estruturas de domínio e de padronização do poder que perduram dentro daquelas sociedades que um dia foram colonizadas pelos europeus e que, apesar de hoje serem independentes, vivenciam consequências desse fato em sua cultura, religião, etc. (Mignolo, 2017).

Entretanto, em se tratando da arqueologia, segundo Hartemann e Moraes (2018), ela é uma ciência ocidental moderna, no entanto, existe a necessidade dela se descolonizar. Partindo da ideia de que a sua origem esteve por longo período amparada em um modelo colonial, onde resguarda sua colonialidade, tanto na prática como, também, na teoria. Portanto, o novo olhar arqueológico deve se constituir tendo como base um rompimento com o modelo que se perpetuou ao longo do tempo, alicerçado em um viés eurocêntrico.

Para Quijano (2005), o eurocentrismo se coloca como uma perspectiva de conhecimento cujo seu desenvolvimento sistêmico começou na Europa ocidental, por volta do século XVII, embora algumas de suas raízes eurocêntricas podem ser caracterizadas como mais velhas e até mesmo mais antigas. Sua característica é a perpetuação do poder e que se torna sumamente conhecida.

O autor complementa dizendo o seguinte:

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as

demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 126).

Portanto, descentralizar o conhecimento seria uma forma de se pensar a ciência e configura-se como uma alternativa para a construção dos saberes. Neste contexto, pensar uma arqueologia sob a ótica da comunidade é descolonizar os saberes e a arqueologia pública se torna um modo viável, utilizando-se das potencialidades que grupos e indivíduos podem fornecer.

Este debate, por hora considerado, potencializa movimentos nas estruturas dos conhecimentos, principalmente no que se refere ao ponto de partida. Os debates críticos sobre esse exercício de descolonização da ciência podem ser considerados como algo simples na forma de se afirmar as ciências nesse sentido.

Segundo Mignolo (2017, p.24):

A diferença da decolonialidade, o ponto de origem de conceitos tais como “modernidade” e “pós-modernidade”, das rupturas epistêmicas e das mudanças paradigmáticas, foi a Europa e sua história interna. Estes conceitos não são universais; nem sequer são globais. São regionais e, como tais, têm o mesmo valor de qualquer outra configuração e transformação regional do conhecimento. A única diferença estriba em que as histórias locais dos conceitos europeus se converteram em projetos globais. Isso significa que conceitos como os citados acima foram necessários para dotar de sentido desejos particulares e exigências institucionais.

A descolonização dialoga com as singularidades dos saberes e ocupa um lugar para além das visões eurocêntricas, rompendo com essas agências coloniais, fontes oficiais que são os documentos que estiverem alicerçados nas estruturas dos saberes como bases e passam a observar os conceitos da história oral da memória, como um método que também fundamenta a aquisição de novos saberes.

Sallum (2022) observa que, na elaboração de conhecimento, faz-se necessário realizar a crítica e a autocrítica do que está instituído, de modo a perceber e avaliar os princípios e questões importantes e fundamentais da descolonização. Incorporar os diálogos e debates dentro de uma consciência crítica permite à arqueologia percorrer novos caminhos, eliminando a subalternização e a colonização e promovendo a garantia de direitos civis de forma plena. Ainda segundo o autor, "É

trabalhar para descobrir como tornar possível a ecologia de saberes⁹ com o sentido de conviver e compreender a diferença no amplo espectro de histórias locais e regionais” (Sallum, 2022, p. 282).

Para se pensar nas pesquisas arqueológicas sobre a percepção de novos saberes, este estudo recorre ao trabalho de Mariana Petry Cabral (2014) que, na posição de especialista em seu trabalho *E se todos fossem arqueólogos? Experiências na Terra Indígena Wajãpi*, em determinado momento de sua pesquisa, permitiu-se experienciar os saberes da comunidade indígena.

Segundo a autora, um dos fatores importantes de sua pesquisa foi a atuação de interlocutores do grupo indígena wajãpi como pesquisadores (Cabral, 2014). Portanto, pensar as práticas arqueológicas, observando como elas estão se desenvolvendo através de comunidade, onde os indivíduos se colocam como interlocutores para a multiplicação dos saberes de forma reflexiva.

Conforme a pesquisadora,

Pensar a arqueologia como uma maneira de construir narrativas sobre o passado pousadas nos vestígios materiais é um caminho interessante para o que me proponho nesta pesquisa, que é ativar diálogos sobre os vestígios e as formas de conhecê-los. Esse é um esforço que pode resultar não apenas em reflexões para a arqueologia, mas também na própria sistematização do conhecimento wajãpi, que é um dos objetivos do plano de salvaguarda. O que apresento aqui é um relato sobre como essa prática está acontecendo. Acho que é possível vislumbrar alguns resultados da interação da arqueologia com o conhecimento nativo e, também, com a antropologia (Cabral, 2014, p. 05).

Assim, descolonizar é promover a interação da arqueologia com os agentes sociais, neste caminho, onde se permite um lugar de fala, de escuta, de interpretação, onde o centro são as pessoas, dialogando com os agentes locais, onde haja uma construção de saberes. Assim, o diálogo a ser percorrido na próxima caminhada passa pelos conceitos voltados para a Arqueologia Pública.

⁹A ecologia de saberes é a proposta com a qual Boaventura avança para confrontar a lógica da monocultura do conhecimento científico e do rigor do saber, identificando outros conhecimentos e Critérios de rigor e validade que operam de forma crível em práticas sociais pronunciadas inexistentes através da razão metonímica (Santos, 2018).

4.2 Arqueologia Pública

A Arqueologia Pública é um segmento da arqueologia que estuda a relação entre os bens arqueológicos e a sua inserção com as comunidades, sua finalidade é realizar um processo de socialização do conhecimento arqueológico. Tendo se intensificado com maior intensidade por volta de 1980. Contudo, já se cogitava essa possibilidade de inserção através dos defensores do patrimônio ainda no início dos anos de 1920 (Funari; Carvalho, 2007).

Em resumo, trata-se da abordagem que envolve as diversas comunidades, ou seja, o público, nas práticas arqueológicas, diferenciando-se, assim, da abordagem tradicional da arqueologia, incubida especialmente em estudar os vestígios do passado. Nesse sentido, Costa (2020, p. 09) infere que “o potencial da arqueologia pública consiste em entender a arqueologia como uma atividade social, situada e com lugar em múltiplos contextos (histórico, político, econômico e institucional)”.

Souza (2018), por sua vez, infere que o conceito de Arqueologia Pública tem sua origem após a Segunda Guerra Mundial e o advento do pós-modernismo, isso fez com que as ciências passassem a ter uma maior interação com os grupos sociais, uma vez que as pessoas passam a ser agentes dos processos sociais. Assim, a participação social passou a ser considerada dentro das pesquisas arqueológicas.

A mesma autora acrescenta que a nova forma de entender arqueologia, promovida pela Arqueologia Pública, modificou drasticamente as pesquisas na área, que deixam de considerar somente o passado e assumem um fazer social na compreensão dos fatos presentes e seus respectivos envolvimento com os fatos passados (Souza, 2018).

Conforme Grassi (2022), as abordagens tradicionais da arqueologia, surgidas especialmente no século XIX, tinham como principal objetivo escavar peças e disponibilizá-las para que outras áreas científicas analisassem. Nesse sentido, importa mencionar que sua origem teve influência direta do neocolonialismo e seu interesse maior era na preservação de objetos relacionados aos grupos dominantes. Como decorrência do sentimento nacionalista, o arcabouço conceitual das abordagens dessa área convergia com o desenvolvimento da sociedade europeia,

que vinculava os vestígios materiais com a etnicidade e às origens das histórias nacionais.

Para Hora e Porto (2020), a atualização do termo Arqueologia Pública teve início pela primeira vez nos Estados Unidos da América, por volta da década 1970. A obra *Public Archaeology* (1972), de Charles McGimsey III, destaca que as atividades aceleradas de destruição dos sítios arqueológicos decorreram de diversas causas, entre elas a urbanização e industrialização, ameaçando, assim, os recursos culturais do país.

A este respeito, Bandeira (2019) acrescenta que, na época de publicação do livro, o termo Arqueologia Pública estava associado ao *Management Resource Cultural* (Gestão de Recursos Culturais dos Estados Unidos). Neste sentido, o referido órgão se relacionava com a arqueologia através do fortalecimento que a disciplina tinha junto ao público, com a intenção de convencer os legisladores e os pesquisadores da urgência de proteger os sítios arqueológicos. Assim sendo, Charles McGimsey III procurou desenvolver projetos que se incubissem do manejo de áreas arqueológicas, bem como do financiamento público para pesquisas, da ativa participação social, etc.

Dessa maneira, Bandeira (2019) acrescenta que o termo Arqueologia Pública pode ser compreendido como os aspectos públicos da disciplina, o que inclui tópicos diversos, tais como legislação, educação, ativismo, paisagem, identidade, etnicidade, temáticas de gênero, indígenas, entre outros, que, ao serem associados a novas abordagens sobre a arqueologia contemporânea, exercem influência sobre o fazer científico da disciplina no período contemporâneo.

De acordo com Grassi (2022, p. 20-21), no panorama global, os anos 1980 e 1990 representaram o momento áureo da arqueologia pública, uma vez que ocorreram discussões sobre a opinião pública e a compreensão de que a arqueologia é de usufruto coletivo. Além disso,

O processo de democratização das ideias foram elencando áreas de potenciais engajamentos do público, como a internet, bem como a constante inclusão de diálogos com os nativos americanos e no avanço de estudos de caso envolvendo grupos sociais marginalizados (Grassi, 2022, p. 20-21).

No contexto brasileiro, a arqueologia se tornou disciplina acadêmica nos anos 1950, a partir dos esforços dos arqueólogos e professores Paulo Duarte e José

Loureiro Fernandes, que estavam preocupados com o aumento da destruição dos sítios arqueológicos (Grassi, 2022).

Destaca-se ainda que,

após o fim do regime militar, em 1985, houve estímulos aos discursos como catalisador social, quando a intensificação das legislações envolvendo os bens patrimoniais possibilitou incluir na agenda da Arqueologia assuntos como: o patrimônio histórico, a educação patrimonial e a interação social por intermédio dos arqueólogos com as comunidades, procurando por ações educativas que possibilitassem a sociedade a participar ativamente na gestão dos suportes de identidade cultural (Grassi, 2022, p. 23).

Após este período, a arqueologia pública vem se apresentando em uma crescente nas questões arqueológicas no Brasil, no que se refere ao engajamento social dos arqueólogos, haja vista que, quando existe a orientação e o envolvimento comunitário na proteção aos bens arqueológicos, cria-se um estímulo e uma sensação de pertencimento junto a eles por parte da comunidade local, despontando, assim, uma nova maneira de observar e fazer arqueologia no Brasil e no mundo (Funari; Carvalho, 2007).

Segundo Baima (2016), com a chegada do século XXI, no Brasil, os estudos sobre Arqueologia Pública passaram a acontecer com maior frequência, ao mesmo tempo em que fomentaram discussões sobre a gestão, preservação e divulgação de pesquisas na área, extrapolando as barreiras do espaço museológico. Neste sentido, destaca-se o artigo *Public Archeology in Brazil* de Pedro Paulo Funari, lançado em 2004, o qual faz parte da coletânea *Public Archaeology*, organizada por Nick Merriman, que apresenta essa área como sendo um campo que colabora com o entendimento das realidades e públicos diversos do Brasil.

Ainda conforme Baima (2016), outro avanço da Arqueologia Pública no Brasil é a criação da *Revista de Arqueologia Pública*, cujo contexto de surgimento se deu integrado ao LAP (Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte) da UNICAMP, lançada em 2006, com o intuito inicial de difundir esse ramo da arqueologia, ao apresentar os desafios e também as perspectivas referentes aos estudos. Ademais, seu objetivo também foi demonstrar a importância da temática para a atuação profissional do arqueólogo com o público, seja este o acadêmico ou não.

Para Funari e Robrahn-González (2008), no Brasil, como em outros países, a arqueologia se encontrou por um longo período voltada à investigação acadêmica

e/ou ao ensino da disciplina em cursos de nível superior, deixando para o grupo de pessoas não arqueólogas a missão de descaracterizar os vestígios arqueológicos e suas interpretações, como é caso de caçadores de tesouros, colecionadores e amadores.

Por outro lado, destacam que, nos últimos anos na arqueologia brasileira, começa-se a implantar uma agenda no que se refere à Arqueologia Pública, tendo como propósito a implantação de atividades educativas com participação comunitária (incluindo sociedades indígenas), de modo a promover a preservação e proteção dos recursos arqueológicos.

Segundo Schiavetto, Bernardes e Carvalho (2021, p. 29), até meados dos anos 1970, o foco dos estudos arqueológicos era na reprodução de eventos passados. Além disso, “tais reproduções não viam a leitura crítica desses eventos como uma possibilidade. Na maioria dos casos, em Arqueologia as culturas eram definidas até a segunda metade do século passado como estáticas e monolíticas”.

Conforme o mesmo referencial, no Brasil, a Arqueologia sempre gerou resultados positivos em suas pesquisas, uma vez que no país podem ser encontrados vestígios diversos, tais como as edificações e objetos relacionados à cultura ocidental ou, ainda, às culturas de povos originários, ligados à história da ocupação de suas terras, bem como da relação dos mesmos com colonizadores e com os povos escravizados, que representam um período de avanço colonial (Schiavetto, Bernardes e Carvalho, 2021).

De maneira geral, ainda segundo os autores supracitados,

A Arqueologia Pública no seu modelo Democrático tem como foco um conhecimento sobre o passado que seja problematizado no presente, não dado como fato, como verdade sobre o que aconteceu. Isto torna possível ver o passado como uma miríade de dados, que serão processados e organizados com as visões que temos no presente. Desta forma, a patrimonialização do material arqueológico deve ser realizada com a consciência de que os discursos sobre este passado são construídos e utilizados por diversos grupos sociais (Schiavetto; Bernardes; Carvalho, 2021).

Oliveira e Borges (2015) têm nos possibilitado pensar as práticas arqueológicas, principalmente quando olha o sujeito como parte do patrimônio, pertencente nas páginas iniciais no modo de construir as pesquisas arqueológicas.

Assim, pensar a comunidade distante das pesquisas é cometer erros por não se aplicar a etnoconservação, pois o que se tinham eram modelos tradicionais que outrora eram elaborados.

Segundo Hora e Porto (2020), o interesse por parte do público ao que se refere ao patrimônio vem aumentando gradativamente, de modo que a arqueologia pública vem se consolidando de forma rápida nos últimos anos. Contudo, este desenvolvimento acelerado tem atraído uma parte significativa dos recursos de gestão quando se referem aos sítios arqueológicos. Entretanto, o problema existente com relação ao crescimento da arqueologia pública, segundo o autor, é que o orçamento não comporta a rápida expansão decorrente deste setor, implicando em dizer que qualquer investimento financeiro para arqueologia pública carece de resultados significativos e mensuráveis, para que se justifique tal investimento dentro de uma configuração de custo-benefício.

Nesse sentido, Santana e Borges (2015) fazem a seguinte colocação

Considerando este contexto, que toca o campo da preservação, da memória, do direito público e privado, questiona-se como pensar em arqueologia pública para estas comunidades, dentro de um campo interdisciplinar? É importante levantar pontos como este, em que se assegure discutir gestão de patrimônio, junto à seguridade da memória das comunidades locais (Santana; Borges, 2015, p. 116).

Sousa e Silva (2017) enfatizam que a arqueologia, junto da Comunidade, possibilita e estimula aparecimento de um ambiente com a possibilidade de abertura para o compartilhamento de informações e saberes vindo do arqueólogo como da comunidade em uma espécie de troca, o que possibilitaria ao arqueólogo entender o que é relevante para ela. Essa interação de diálogos/saberes promove um novo modo de se pensar as práticas investigativas e descobertas arqueológicas. Em compensação, a arqueologia introduz e instrui a população sobre as tarefas de preservar e manejar os bens culturais.

Fernandes (2008) compreende a arqueologia pública sendo um conjunto de ações e reflexões sobre a qual se objetiva saber para quem se interessa a produção do conhecimento realizada pela arqueologia, questionando-se sobre como e de que forma as pesquisas arqueológicas afetam a sociedade e, para além disto, como as referidas pesquisas são apresentadas para o público. Para ele, a arqueologia pública é mais do que uma linha de pesquisa arqueológica da disciplina. O autor enfatiza que

a arqueologia pública, tem o compromisso profissional de mostrar ao público uma arqueologia capaz de construir instrumentos para a composição da memória, da identidade, da história e da cidadania.

Almeida (2002, p. 09) afirma que a “arqueologia pública é inerente ao exercício da profissão”. Para ele, essa discussão já se apresentou nos Estados Unidos há muito tempo atrás, pois se permitia o acesso ao público dos resultados das escavações, entendiam que era necessário que a arqueologia fosse alcançável para o público e acreditava-se ser um dever profissional.

4.3 Memória: uma construção individual e coletiva

Observar a história da sociedade através da memória como o momento passado, a partir das observações do presente e com projeções para o futuro. Ferreira, Fernandes e Alberti (2000, p 32) afirmam que “a memória se declina no presente e é o impulso de ação para o futuro”.

A respeito da memória, Mello e Castro (2016) enfatizam que ela passa a ser estudada e entendida por meio das perspectivas individual e coletiva (social). No que se refere à característica social, esta ocorre a partir da relação existente entre indivíduo e o meio social. Todavia, a apreensão das experiências possui caráter individual.

Mendes (2012, p. 17), por sua vez, acrescenta que “a memória é sempre pessoal e subjetiva, pelo que só arbitrariamente e como metáfora empolada cabe falar de uma ‘memória coletiva’”. Neste mesmo sentido, aponta-se que, no meio social, é o patrimônio cultural que desempenha as funções da memória no indivíduo enquanto elemento social.

De acordo com Fonseca (2005):

A questão de patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que recorrido os estados modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação. Permeando essas sociais fazem de seus bens e aqui me refiro tanto a produção quanto à conservação ou destruição na elaboração das categorias de tempo e espaço (Fonseca, 2005, p. 55).

Segundo Delgado (2009), as narrativas sobre os lugares de memória se constituem como instrumentos relevantes para a preservação e transmissão de herança que configuram identidade e fazem parte das tradições. Para ele, as narrativas, através dos registros orais ou de forma escrita, são caracterizadas pelo deslocamento ao Ofício de contar, interpretar em palavras a reminiscência da memória e é também sapiência dela no tempo.

Delgado (2009, p. 22) complementa dizendo que os lugares de memória, “são importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a História da humanidade”. De modo que esses espaços se configuram como suporte para a construção da identidade.

A memória contém informações que podem ser apresentadas sobre os interesses tanto dos indivíduos como também de grupos. Ela é capaz de transmitir conhecimentos que compõem a identidade¹⁰ de uma determinada sociedade, promovendo as futuras gerações à construção do sentimento de pertença. Le Goff, (1990, p. 423), a respeito da memória, enfatiza que:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

O autor ainda acrescenta que a utilização da linguagem falada e depois escrita permite uma extensão da memória de forma fundamental, possibilitando, assim, sua migração dos limites físicos do corpo para adentrar nas bibliotecas. O que caracteriza que antes da fala e escrita já se permitia um armazenamento das informações através das memórias.

Pollak (1992) enfatiza que a memória é composta de sentimento de identidade, ela se coloca tanto na individualidade como na coletividade. Hall (2006, p. 39), ao falar de identidade, afirma que: “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade

¹⁰ A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (Delgado 2009, p 38)

que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de interesse que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros". Sua relevância é fator que cria um sentimento de forma consciente por parte de uma pessoa ou de grupo ou em sua reconstrução de si, gerando o sentimento de pertencimento.

Ainda segundo o autor:

Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas "geografias imaginárias" (Said, 1990): suas "paisagens" características, seu senso de "lugar", de "casa/ lar", ou heimat, bem como suas localizações no tempo nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes (Hall 2006, p. 71-72).

Partindo deste contexto pelo qual se configura a identidade de tradições, a que liga o passado e o presente à memória, inicialmente, parece ser um acontecimento individual e próprio de cada indivíduo, porém, a mesma passa a ser vista também como um fenômeno repleto de mudanças. A este respeito, Pollak (1992, p. 201) enfatiza:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20, 30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

A memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder.

Para Halbwachs (2004), a memória é capaz de despertar nos indivíduos um sentimento de afetividade, seletividade e esquecimento. As lembranças nos permitem ser realocados dentro de um conjunto, diversos detalhes constituídos por reprodução de momentos. Em alguns deles, as pessoas comungam de sentimentos que por hora tinham esquecidos, mas que em contato com outros grupos, a partir dos seus depoimentos, permite-lhes reorganizar as lembranças apagadas, nós esquecemos de algo que é mencionado, contudo existe um esforço para nos fazer recordar.

Ao fazer uma pergunta indagando sobre o distanciamento da memória individual em posição, a memória coletiva seria meio necessário e suficiente para a existência do ato de lembrar e de identificação das lembranças. Ele afirma que não “porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava” Halbwachs (2004, p. 34).

Para que as nossas memórias se abasteçam das demais, é necessário que os depoimentos sejam atribuídos a similaridades, não necessariamente que todos os fatos sejam experienciados do mesmo jeito, mas que exista um fundamento comum.

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2004, p. 34).

A memória se caracteriza por se encontrar em reconstrução e de forma atualizada, pois ela reorganiza os quadros sociais de modo a permitir uma articulação entre si. Contudo, considerando a memória individual, descreve que ela não se encontra fechada e isolada, do ponto de vista que o homem quando recorre ao seu próprio passado, utilizando-se das lembranças dos outros como algo necessário. Ele recorre a referências existentes lá fora que são colocadas pela sociedade. Para além do mais, o funcionamento da memória individual só é possível graças a esses instrumentos, as palavras e as ideias, isso o indivíduo não criou, mas já obteve do seu meio.

Sobre memória coletiva, Halbwachs (2004) afirma o seguinte:

A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conhecia a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. Muitas vezes não os conheço melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos antigos que ocorreram antes do meu nascimento.

Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversão e pela leitura (Halbwachs, 2004, p. 54).

Para o autor, seria o caso de distinguir as memórias considerando uma memória interior e a outra interna ou externa, ou seria o caso de uma memória social e outra pessoal, ele vai mais além em dizer que seria memória autobiográfica e memória histórica. Contudo, que a primeira se apoia na segunda, do ponto de vista que toda a história presente em nossa vida faz parte de uma história geral.

Todavia, a segunda se apresentaria em amplitude maior do que a primeira. Entretanto, “por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso” (Halbwachs, 2004, p. 54).

Toda essa complexidade em que memórias se colocam, entrelaçam-se com o objeto de estudo presente neste trabalho. Em determinados momentos, os acontecimentos vividos na comunidade por hora se descrevem dentro de um contexto individual sendo descrito pelos colaboradores, porém, de alguma forma existe uma similaridade que vão se relacionado aos relatos coletivos, ampliando de forma substancial o debate da pesquisa, que será abordado na próximo capítulo.

5 HISTÓRIA DE VIDA NA COMUNIDADE ZABELÊ 1829 - 1988, MEMÓRIAS

Ao longo desta seção, serão apresentadas informações relacionadas a aspectos econômicos, enfatizado como o fumo, a mamona e o algodão foram os pilares da economia. As narrativas dos entrevistados refletem como se desenvolvia o acesso à água e como as pessoas se relacionavam em torno deste bem tão valioso. Apresenta-se, também, a educação como uma possibilidade de transformação social.

5.1 A comunidade, que Resiste ao Apagamento: origem e aspectos econômicos

A antiga Comunidade Zabelê está inserida no território que hoje pertence ao Parque Nacional da Serra da Capivara. O período de sua datação se descreve a partir do ano de 1902, mesmo antes da criação do Parque, sendo formada pelos irmãos João Bernardo, Antônio Maroto e Manoel Roberto que adentraram na terra com o propósito de encontrar a maniçoba, produto da atividade extrativista que era de grande valia no estado do Piauí. Sendo estes descendentes do velho Vitorino, patriarca da genealogia familiar (Godoi, 1999).

Ao versar sobre a Comunidade Zabelê como objeto de estudo, deparo-me com um lugar de características únicas. Imaginei que talvez o sofrimento e raiva seriam adjetivos para explicar esta comunidade. No entanto, outros pontos, como a base comercial, sendo o pilar desta viagem no tempo, estão presentes nesta pesquisa.

De acordo com Godoi (1999), a declaração de posse de terra para o senhor Victorino Paes Landim, descreve-se a partir do ano de 1855, no entanto, sua chegada a este território tem como data 1829, informações apresentadas, no anexo IX de seu trabalho, destacando a transcrição da declaração de posse de terra da Fazenda Serra Nova, documento que se encontra no registro eclesiástico de 1855, fls. 4v e 5, pertencente ao arquivo da casa de Anísio Brito, Teresina.

Eu abaixo assignado declaro que sou possuidor do sítio denominado Serra Nova nesta Freguesia de São Raimundo Nonato, província do Piauhhy, a vida por descuberta que d'ele fez no anno de mil oitocentos e vinte e nove e da qual me tenho autorizado em rasão de concessão do Governo, feita a quem tomasse parte na conquista que habitavam essas caatinga; sua extensão é duas e meias léguas de comprimento, duas de largura; confinando ao nascente com terra da Fazenda Alagoinhas, ao poente com o Sítio denominado Torres, ao norte com a serra corre em frente dos fundos dos pastos e dahi por diante

seguem-se terras incultas, ao sul com o retiro Boa Vista, pertencente a Fazenda Curimatá, limites estes proveniente de convenções particulares entre mim e os respectivos donos. E por ser lei fiz a presente declaração em que me assigno, sendo duas do mesmo théor, uma para o registro, e outras, que ficará em meo poder. Villa de São Raimundo Nonato vinte e um d'Abril de mil oitocentos e cinquenta e cinco = Victorino Paes Landim = Apresentada nesta Villa de São Raimundo aos vinte e um d'Abril de mil oitocentos e vinte reis = O Vigário Sebastião Ribeiro de Lima (Godoi, 1999, p. 106).

O texto narra como se deu a concessão da posse de terra ao senhor Victorino Paes Landim, tendo como referência a titulação da mesma como Fazenda Serra Nova. Contudo, a subida da serra se encontra para dentro de um processo de exploração que ultrapassa o limite de fazenda e dá início à Comunidade Zabelê.

A relação histórica dos sítios arqueológicos do Vale da Serra Branca com as pessoas se descreve a partir do trabalho realizado na extração de látex, atividade extrativista da maniçoba (*Manihot piauhyensis*), empreendimento que teve uma crescente devido ao avanço automobilístico (Godoi, 1999).

As narrativas que fazem memória às histórias do povo do Zabelê, que ajudam a contar a formação da comunidade, podem ser observados nos relatos narrados pela Emília Pietrafesa de Godoi, pesquisadora que conviveu por um período na comunidade realizando um trabalho científico no qual trata do cotidiano das famílias no sertão do Piauí. A sua observação faz referência ao povoamento deste território sob a óptica do desbravamento, no relato, percebe-se a presença indígena. A autora traz um diálogo sobre o primeiro homem a subir a serra, fazendo referências a Vitorino. Eis as palavras da autora em entrevistas realizadas com Marciano Dias Santos.

O primeiro homem que entrou aqui e que produziu a "grande família" se chamava Vitorino. Então foi ele quem situou aqui. E aí o que é certo, é que esta beira de serra era cheia de índios nesse tempo. Índios que quer dizer que é Caboclo bravo, você sabe, os índios. E aí os índios mataram um filho dele. Aí ele encostou nessa beira de serra, era a namorada deles. Ele encostou pra aí e arrastou o bacamarte (...) os bichos correram e ele pôs bagaço deles aí, aqui e acolá matando até desertou eles daqui. E então nessa ocasião o governo deu a ele esta terra e este mundo ficou. E então, começou a produzir a "grande família" (Godoi, 1999, p.41).

No ano de 1829, o primeiro morador que subiu a serra para se estabelecer foi o senhor "véio Victorino Paes Landim", que estava à procura de maniçoba e

estabeleceu-se no território do Vale da Serra Branca. Em uma entrevista concedida a ela por Zé Lopes, de 95 anos, na chegada de família de Vitorino existia na beira da serra índios, que foram denominados "caboclos brabos". A relação dos sítios arqueológicos com as pessoas se dá devido à sua utilização de espaços territoriais que compõem o Vale da Serra da Branca como abrigo, de modo que o mesmo ocupou a região da Serra Branca, onde começou a estabelecer a sua família (Godoi,1999).

As ocupações das terras são ligadas ao período de extração de maniçoba, sendo uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas na região. No entanto, atentamo-nos, para além desta atividade, descrever outras que foram identificadas dentro do trabalho etnográfico ao longo desta pesquisa. A presença da plantação e comercialização de fumo se coloca como a segunda atividade, logo após o período da maniçoba, sendo apresentada como uma fonte rentável dentro da comunidade.

O senhor Abdias Macêdo, um dos colaboradores, descreve esse tipo de atividade como uma das promissoras, também faz referência aos comerciantes que desenvolveram em relação a este período agrícola. Segundo ele: "Em termos de agricultura era a principal fonte de renda". Ainda, conforme nosso colaborador, essa atividade era fundamental para a comunidade, pois a produção de fumo permite ao comerciante local a compra de outras mercadorias.

Naquele tempo não tinha essas ajudinhas de governo. Vinha pra car, vendia aqui na feira, meu pai vendia Manoel Felipe vendia, Getúlio vendia Pedro Gonçalves vendia, esse pessoal sabe, o Negri Rosa que você conheceu, vendia, vendia fora também ele viajavam e vendia fora Também o fumo de rolo, iam só vender o fumo de rolo, essa altura eles vendiam a dinheiro, trocavam por mercadoria, faziam todo esse tipo de coisa, sabe, isso com o fumo de rolo. Algumas pessoas ou uma boa parte das pessoas plantavam isso aí lá, naquele tempo o consumo era grande como não tinha esse fuminho que vem hoje que a gente conhece aí, aquele lá no saquinho pra não falar o nome pra não fazer propaganda né entendeu, nem isso não tinha, depois começou aparecer. Então eram uma fonte de renda ruim, plantava todas as coisas aqui você sabe, para não produzir isso né mas essa daí era eram as principais agricultura já é só vender. Essas alturas eles vendiam, a dinheiro, eles trocavam boa parte. Naquele tempo tanto o consumo era grande e hoje não era grande como não tinha nem sequer esse filme que vem hoje.

Isaías Gonçalves, outro colaborador, em outras palavras faz a mesma referência sobre o fumo: "eu cheguei a entender que a agricultura lá é um forte mesmo nessa região nossa era o fumo né? O povo, eles sobreviviam através das vendas de

fumo né?". Ele destaca que o fumo comercializado no Zabelê era uma forma de garantir o emprego na comunidade, embora ele considera que a atividade era exercida de forma informal, mais precisamente como "camelô". Conforme o nosso colaborador:

Tinha o Mané Felipe também, era o vendedor de fumo, tinha o Getúlio também era outro vendedor de fumo. Então, isso era, eles plantavam fumo, né? Aí eles colhiam e vendiam fumo aqui em São Raimundo. E eles, eram uns caras que davam emprego às pessoas lá de Zabelê. Essa atividade que foi desenvolvida na comunidade sentindo o nosso colaborador se apresentou como uma oportunidade de trabalho às mulheres da comunidade, pois tinha algumas atividades que sob as responsabilidades das mesmas. (Isaias Gonçalves de Miranda 58 anos).

As semelhanças nas falas dos entrevistados caracterizam os principais comerciantes locais, os promotores de empregos na comunidade. Para além desse outro colaborador, o senhor Paulo Dias enfatiza o trabalho realizado na atividade do fumo como algo lucrativo com retorno garantido. Menciona o pagamento da mão de obra de uma casa realizada pela sua mãe através da venda desse produto. Ele acrescenta destacando como conseguiu a aquisição de um cavalo, troca feita por uma quantidade de 110 quilos de fumo.

Nosso trabalho lá no Zabelê, era um trabalho que a gente se desenvolveu muito trabalhando ele com fumo, a gente vai trabalhar com ele porque a gente fazia uns canteiro lá no chão lá queria fazer aquelas mudas e Depois mudava uma quantidade de fumar pôr a roça fazer um roçado no de fumo, E aí depois ia zelar dele, cortava aquela folha madura, a gente tinha que quebrar ela lá do pé, outra vez até cortava o pé mesmo quando ele amadurece toda assim a gente colocava pezinho para secar aquela folha ali a gente tinha uma manejo de deixa ele secar e depois a gente instalar ele todo, destalava ele e abria aquela folha assim as coisas bem aberta assim. Depois a gente pegava ela, isso aí ia enrolar ele né e torcer lá fazer umas cordinha daí fazia três coisinha juntava as três e torcia ela é aí ficava cuidando dele, todo dia a gente tinha que ficar mudando de sari (um pau) para outro . Todo dia bem cedo até quando ele ficava no ponto de secar, quando ele secava a gente já começava, os fumadores que gostavam de queimar, o fumo mesmo, já compravam aquele fumo. Mas cum a gente produzia uma quantidade boa e tinha os compradores mesmos que comparava aquela safra todinha assim, e como de fato até mamãe mesmo, como ela trabalhava, ela construiu uma casa lá quase toda a troco de fumo, no levantamento ela vendeu aquele fumo todo que tinha e pagou os pedreiros para levantar a casa dela toda. Eu também tinha meu pedacinho lá de fumo, de eu plantar um pedaço lá, fazia meu serviço lá, antes de terminar a fasse do fumo eu ainda comprei um

cavalo, todo a troco de fumo, peguei uma quantidade de 110 quilos e troquei em um cavalo.

Ainda na questão econômica da comunidade, outro produto que teve destaque na comunidade como fonte de renda foi o ato de caçar para a subsistência familiar, com o propósito de aquisição de produtos da cesta básica. “Nós também lá caçava tatu, pegava os tatus, trazia, vendia e fazia uns trocados, um dinheiro lá para nós fazermos nossa feirinha mesmo de acordo como o dinheiro dava,”. No entanto, quando chegou a proibição da caça, ele afirmou não ter praticado esse tipo de atividade. Em suas palavras, “só depois chegou aquele ponto, quando a doutora Neide chegou lá e proibiu esse modo de caçar. Eu sou muito atencioso, quando vai aquela lei que é proibido caçar eu desisti, nunca mais eu cacei não”. Nosso colaborador cita, também, a comercialização de algodão e de mamona como atividade comercial importante.

Além do fumo a gente trabalhou em nossa lavoura, plantado o algodão, a mamona, tudo era uma coisa que desenvolvia muito e ajudava muito a gente, na nossa produção, na nossa lavoura. Pegamos o algodão, botava no saco e vendia aqui na cidade, aqui em São Raimundo Nonato. A mamona pegava ela colocava no terreirão, batia lá e apurava tudo e trazia pra cá para vender e isso ajudava muito a gente, pois nossas atividades era mesmo da roça era isso.

Trazendo uma representação do relato acima, a imagem a seguir faz referência à plantação de algodão presente na antiga Comunidade Zabelê. Na fotografia temos a Nossa colaboradora Neusa e seu filho Wesley, moradores do espaço citado.

Figura 2- Fotografia de moradores da Comunidade Zabelê, em frente ao pé de algodão.



Fonte: Arquivo pessoal, Neusa Belisário, (1986?).

As lembranças dos moradores, narradas pelos colaboradores sobre o Zabelê, permitem-nos entender que, antes da desocupação por parte dos moradores, o referido lugar apresentou características propícias para produção de diferentes agriculturas. Nesse contexto, Abdias Macêdo destaca ainda a produção de café e arroz como atividades desenvolvidas na comunidade, embora não se considere aplicada por outros.

Quando eu tava ali com meus 25 anos, eu fiz uma rocinha numa área lá, não era tão pequena não, tinha uma área de terra que era boa né, que fazia assim uma.... aquele lugar que, fica uma água parada, que nós chamamos de Lagoa, aí eu plantei uns pés de café, assim, uns 10 Pés de café, né, que cresceu uma altura de, mais de um metro, e produziu café bastante, ficou muito bonito, né, quando ele tava mais duro, bem vermelhinho e essa areazinha sabe, aqui da Lagoa. Eu plantei arroz e, entendeu, também muito bom, os cachos bonitinho, bem bonitinho mesmo, o arroz bonzinho todo, e é isso.

Segundo Irinete Parente, “tudo que se plantava dava, café, fumo, todas as frutas”. Ela destaca, ainda, que o abastecimento do mercado de São Raimundo Nonato era realizado pela agricultura desenvolvida na comunidade. “O tomate,

banana, do zabelê, a produção era altíssima, era semanalmente a carrada de tomate, carrada de banana, produzida lá e tinha mamão e tinha tantas frutas”.

Na mesma linha de raciocínio, Iva Parente faz referência ao modo de vida na comunidade, destacando que o povo vivia de forma organizada e não eram pessoas pobres.

Então eles tinham como sobreviver com plantações e criação de animais, gado, cabra, caprinos, outros tinha um pouco mais e tinha os suínos e as galinhas e tudo. Então era um povo auto sustentavam, eles não necessitavam de vir para cá pedir emprego político. Lá não tinha esse negócio de dizer um povo pobre que precisa de ajuda de governo, prefeito não, lá é um povo que se auto sustentava porque eles produziam os alimentos e tinham os animais e vendiam o que era necessário para comprar as coisas que era industrializado como o café que não tá lá, o açúcar, mas a maioria gostava mesmo era de temperar com mel, e é uma região rica ele só comprava, viam aqui comprar roupa, calçados, só o necessários para complementar. O resto era tudo autossustentável, porque por exemplo, meu pai ele tinha vaca ele vendia leite, onde tinha coalhada, podia fazer queijo, eu me lembro muito bem das coalhadas escorridas que era muito bom que minha mãe fazia. As cabras e os bodes que era em excesso que ficaram brigando no fim de semana matava para comer e vendiam a outra parte, galinha tinha lá a exposição, o porco também, então era um povo que podia viver em paz

As falas de nossos entrevistados enfatizam que o povo do Zabelê tinha do que sobreviver, pois plantavam, criavam, alguns com maior recurso, outros com menor, porém, não existia a necessidade de pedir emprego político na cidade ou necessitar de ajuda de governo, como é caso do bolsa família que existe na atualidade.

Ele buscava com os políticos na época os deputados ele tinha acesso quando ele vir aqui na cidade e eles também andavam por lá querendo voto e papai pediu escola lá tem o prédio que até hoje tá lá em pé graças a Deus, foi o único que a Niede não mandou derrubar

Segundo Iva Parente, a mentalidade do povo não era de pedir ajuda política social para si, pois as investidas realizadas junto ao governo tiveram como pedido a construção de uma escola para os moradores da localidade. Como é de costume, eles andarem pedindo o voto, seu pai pediu a implantação da unidade escolar com condições adequadas para os alunos da Comunidade Zabelê.

5.2 Acesso à educação, uma política social e comunitária.

Ao falar sobre os saberes educacionais desenvolvidos na Comunidade Zabelê, observa-se que o mesmo se apresenta nas relações através das memórias. Nesse contexto, os testemunhos orais e as fotografias são as bases da compreensão do passado educacional da comunidade. Portanto, apresentamos, fazendo referência ao ensino desenvolvido, a imagem a seguir, contendo um dos primeiros registros do desenvolvimento educacional na comunidade.

Figura 3 - Fotografia da Comunidade Zabelê no feriado de 07 de setembro.



Fonte: Iva Parente (1960?).

Segundo o senhor Paulo Dias, morador da comunidade, o espaço escolar acima era a residência do senhor Gonçalo Miranda, ele destaca que a casa era um dos primeiros locais onde foram realizadas atividades escolares na comunidade, pois ainda não existia o prédio municipal.

O período dessa foto, segundo Irinete, está relacionado ao feriado de 07 de setembro, mas não se recorda o ano. Menciona que o rapaz que está segurando a bandeira do Brasil era conhecido como Senhorão. Ainda, no que se refere a este período, Iva Parente, irmã de Irinete, complementa destacando parte dos alunos que, possivelmente, encontravam-se na foto acima.

Então essa foto na casa grande é minha mãe já era professora aí era a casa do meu avô Gonçalo que morava aí onde é a casa tu lembra da casa de Manoel Gonçalo, da Rosilda, pois ela era de meu avô Gonçalo e essa foto aí é na casa grande, ali não era na escola ainda, não existia o colégio construído, mas, minha mãe já era professora. E esses alunos aí é a geração do Senhorão, a Tonha do Abel, a Elsa, o Jacinto, dessa geração aí, é esse pessoal mais velho, então é a Terezinha, a Terezinha vai estar nessa foto eu não tô lembrando o nome de todo mundo agora, mas é esse povo aí. A minha mãe tá aqui nesse lado esquerdo, essa de branco, era a professora, o porta-bandeira é o Senhorão aí as geração deles.

A seguir, apresenta-se uma foto da nova escola da Comunidade Zabelê, tendo um local que se encontra preservado e simbolicamente faz parte do imaginário coletivo das pessoas da Comunidade quando se refere à educação desenvolvida em seu território. A fotografia apresenta um grupo de estudantes em frente ao prédio escolar.

Figura 4 - Foto da Comunidade Zabelê, em frente à escola.



Fonte: Iva Parente (1980?).

Segundo Iva, essa foto é do seu tempo de estudante, ela destaca que: “nossa geração aí, não deu para mim localizar ninguém que tá muito ruim a foto mas ela já é a nossa geração. Acho que o Salvador tá nela e os meninos tem um monte aí que é da minha geração para cá”. Embora nesse período já existia o prédio escolar erguido com condições adequadas para o exercício das atividades educacionais, nossa

colaboradora retrata um período anterior a este, com dificuldade, voltado para o exercício educacional.

Na época que eu estudava só tinha um balcão e o resto tava no chão mesmo minha mãe era quem limpava ela era merendeira a zeladora e a professora ela limpava buscava água lavava e nós deitava no chão lá escrevendo todo mundo aprendendo com ela e tinha um quadro esse tinha, mas aí o nome da minha mãe a Maria Gonçalves de Miranda que era a professora

Os moradores narram como era o acesso à educação apresentando similaridade em relação às professoras: Maria Gonçalves, Elzair, Zilda, Socorro, Nega Bilizaro. Embora não consigam datar com precisão em que época cada professora atuou.

As narrativas educacionais presentes na Comunidade Zabelê podem ser vistas no trabalho de Godoi (1993), em sua dissertação, a pesquisadora dialoga com o senhor Vitorino¹¹, morador da comunidade, a respeito dos saberes. Indagada por ele sobre o desenvolvimento do aprendizado, o mesmo enfatizou que as formas de se interpretar as coisas podem ser caracterizadas dentro das particularidades e que cada um tem sua maneira de entender e fazer as coisas. Nas palavras apresentadas pela autora em entrevista realizada com o senhor Vitorino, destaca-se que os saberes não se limitam somente às práticas educacionais pré-estabelecidas.

Cada um interpreta de um jeito, que se fosse tudo de um jeito só...assim tudo é interpretação do povo: aqui eu planto a mamona assim. Lá fulano planta de outro jeito. Aqui vocês chegam e tem que aprender tudo, todo movimento daqui, vocês ensinam muito pra gente, mas aprendem muito também. Um sabe por um lado e o outro sabe pelo outro (Godoi, 1993, p. 40).

Os diálogos entre pesquisadores e comunidade podem ser compreendidos como troca de aprendizado, pois cada um ao seu modo promove o conhecimento. A constatação de que o ensino e aprendizado se desenvolvem tanto na escola como em comunidades, cria transmissão dos saberes, possibilitando a consolidação de uma sociedade plural em sua diversidade de ensino.

¹¹ O senhor Vitorino, que foi entrevistado por Emília Pietrafesa de Godoi, era morador da Comunidade Zabelê no período das pesquisas realizadas na década de 1980, descendente do velho Victorino Paes Landim.

A imagem, a seguir, traz o espaço escolar como símbolo da educação desenvolvida na comunidade e também sinal de resistência, pois é um dos poucos espaços que não foi destruído com a implantação do Parque Nacional Serra da Capivara.

Figura 5 - Fotografia da escola do antigo Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal, Rosimary Aparecida (2023).

Dialogando com os colaboradores, eles enfatizaram a importância do ensino para a comunidade, tendo em vista destacados elementos relevantes no que diz respeito à memória da comunidade. A primeira colaboradora, a senhora Iva Parente, educadora, filha de Maria Gonçalves, destaca:

E assim, além da questão da alfabetização que era minha mãe foi a primeira né professora e a sala dela tinha a multisseriado que é de primeira quarta série na sala só o menino tava lá porque cada um não ser a mesma professora depois entrou outras professoras a tia Elzair a Zilda, Socorro, que eu me lembro, acho que a tia Nega Bilizaro, também teve um tempo que foi professora Mas elas foram depois já vem depois que minha mãe era aí já dividia né primeiro segundo terceiro e quarto com professor diferente.

Nossa colaboradora, a senhora Iva Parente, faz menção às atividades educacionais desenvolvidas na comunidade, tendo como princípio o acesso ao ensino, tanto por parte das crianças como, também, de adultos. Para além deste, em nosso diálogo, ela nos conta como funcionava o sistema de ensino, fazendo referência

a uma educação inclusiva, colocando o ensino como algo sagrado e necessário para todas as pessoas e que os professores tinham essa preocupação. Na fala da nossa colaboradora:

Quando chegava na época da matrícula todas as crianças em idade de estudar eram matriculadas e frequentavam. E eu tava lembrando essa semana, hoje, que além desses ainda os que eram especiais, eles também eram matriculados e frequentava a mesma escola, a mesma sala que os normais, os dito normais. Você pode ver com a tia senhora que ela tinha um filho especial que era o Manoel e a Ivanete da mãe Rufino que era da Irene na verdade só que mãe Rufina que criou, ele frequentaram a mesma escola com a gente e eles eram especiais, em modo diferente mas também estavam lá aprendendo normal, todos eram matriculados, a minha mãe anunciava, os pais iam lá em casa faziam as matrículas das crianças todas e dados escolar e dá a partir dali minha mãe exigia que os pais fizessem logo a certidão de nascimento e eles vinham faziam e era matriculados então era um povo que era alfabetizado.

A imagem fotográfica a seguir faz memória ao período educacional desenvolvido na Comunidade Zabelê. Esta fotografia tem como temporalidade o início dos anos de 1980. Na identificação das fotografias, vale destacar que, no primeiro contato com este objeto, causou-me um misto de sentimento, emoção, alegria, curiosidade, pois fiz o reconhecimento de dois irmãos, onde a simplicidade deste ambiente me fez familiar e repleto de significado.

Figura 6 - Fotografia da sala de aula com alunos e corpo docente da Comunidade Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal, Neusa Belisário (1980?).

A foto é um retrato do modelo pedagógico desenvolvido com cadeiras enfileiradas, as vasilhas que são utilizadas para alimentos, expressões corporais das pessoas, destacando as carteiras que eram feitas de madeira. Outra observação é que naquele exato momento estava ocorrendo o lanche, o mesmo era acompanhado pelo corpo docente. Dentre os profissionais, foi possível reconhecer a professora Elzair, que está usando uma camiseta com a manga em cor escura. Dentre as crianças, fiz o reconhecimento dos meus irmãos Raimunda e Edmilson, que estão juntos na primeira cadeira à frente.

No que se refere aos professores, em um encontro casual, deparamo-nos com a professora Socorro, que atualmente mora no estado de Goiás, ela atuou como docente da Comunidade Zabelê, na década de 1980. A imagem a seguir faz referência a esse momento.

Figura 7 - Fotografia da sala de aula com alunos e corpo docente da Comunidade Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A professora Socorro Rodrigues de Miranda iniciou sua atuação na Comunidade Zabelê na década de 80, lecionando na segunda série do primeiro grau, o que é equivalente ao 3º ano do ensino fundamental I atualmente. Esse encontro se

deu no momento em que estávamos apresentando um trabalho sobre história e memórias do Zabelê, em um evento na comunidade Novo Zabelê.

Outra atividade educacional na Comunidade Zabelê foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização, Mobral¹², nossa colaboradora, a senhora Iva, destaca que o seu pai foi o primeiro professor, "meu pai, ele matriculou os adultos e à noite ele dava aula para eles, assim que começaram a estudar à noite". Também, com o intuito da promoção do ensino no processo formador de profissionais na comunidade, havia a presença do Logos¹³ que se desenvolveu em três módulos. Como destaca nossa colaboradora Iva.

O governo na época fez o Logo, era para os professores leigos e ela fez o Logos I e o logo II e o logo III que era correspondente ao Magistério. Já é um curso superior de Magistério, minha mãe fez, ela se formou, então era ela, era um alfabetizadora formada, ela vinha, estudava. Eles dava os módulos, ela estudava e vinha fazer a prova quinzenal aqui em São Raimundo.

Ainda no contexto, nossa colaboradora relaciona a educação como uma conquista e independência, pois o ato das pessoas saberem escrever, assinar o nome, era um sinal de sabedoria, orgulho para comunidade, pois ela, de modo geral, exerce a cidadania. "A admiração do pessoal lá, que o povo do zabelê votava e assinava o nome, não botava o dedo porque entre essas comunidades que a gente vê lá o analfabetismo era praticamente erradicado zero principalmente nas gerações de 70 para cá". A imagem a seguir apresenta os dados referentes à implantação e instalação da unidade escolar da Comunidade Zabelê.

¹² O Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Meses depois, foi designada a comissão que seria encarregada de elaborar os estatutos da instituição, (BELUZO, 2015, p. 200).

¹³ "Na década de 1970, foi implantado o Projeto Logos II em alguns estados do Brasil, com objetivo de formar professores não habilitados que estavam atuando em sala de aula nas quatro primeiras séries do 1º Grau. Em regime emergencial, esse programa habilitava em nível de segundo grau e magistério, trabalhava com o ensino a distância no sistema modular", (Gouveia, 2019, p. 06).

Figura 8 - Fotografia da placa de inauguração da escola, Comunidade Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal, Rosimary Aparecida (2023).

A placa acima vem destacando o que nossa colaboradora Iva Parente havia mencionado sobre a educação na década de 70, fazendo referência ao período em que se instituiu a escola na comunidade, sendo no ano de 1969. No tocante a esse período, nossa colaboradora manifesta que a preocupação com a educação é compreendida como de longa data, José Clementino foi uma pessoa à frente do seu tempo, principalmente, quando se fala de alfabetização na Comunidade Zabelê, pois para ele a educação era possibilitar a construção de saberes e, também, de independência.

O nome do meu pai era José Clementino Alves Parente. aí ele foi nessa época, ele matriculava os adultos para ensinar a ler e escrever através do Mobral e ele trabalhou muito tempo com isso ele alfabetizou praticamente todos que quiseram lá os adultos ensinou eles a escrever o nome né porque era interesse da época que todos aprendessem a votar.

José Clementino pensou, na Comunidade Zabelê, a alfabetização como algo essencial para ela, embora com suas particularidades que o tempo lhe ofertará, Mageste e Amaral (2022) observam que, com a implantação da instituição Univasf, cria-se possibilidade de qualificação profissional para o mercado de trabalho através

de moradores da região nos anos 2000, de modo a permitir a descentralização do ensino. Esse ato, também, compreendido como uma necessidade de formar profissionais com qualificação para o mercado através do ensino superior. O fator convergente entre os dois tempos é a educação sendo o elemento transformador.

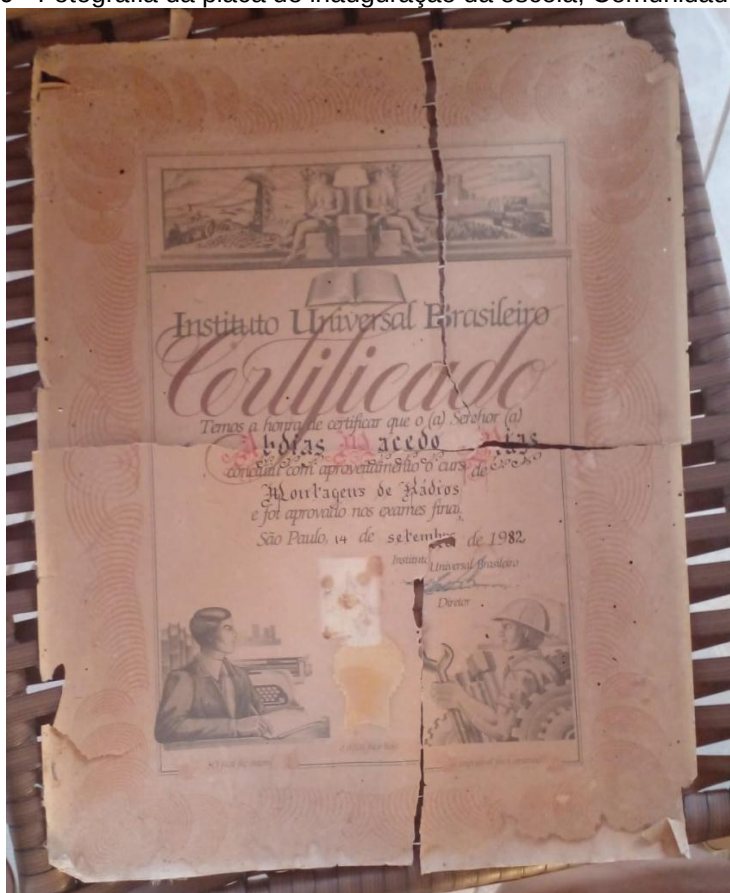
Ainda sobre contexto educacional, em entrevista, o senhor Abdias, 64 anos, descreve em detalhes o trabalho realizado na produção de um rádio no ano de 1982, quando ele menciona ter ouvido na rádio Nacional a existência de um curso à distância, através do Instituto Universal Brasileiro¹⁴. Ele seria via correspondência, de modo que a inscrição fosse realizada pelo correio, onde o interessado enviaria uma carta ao qual descrevia o tipo de curso, na época era ofertado o de montador de rádio, conserto, entre outros. Conforme o nosso colaborador Abdias.

Então eu me matriculei lá, no curso né, e aí o pessoal mandava os livrinhos os folhetos tudo né, aí após ali uns seis meses que eu estudava eles começaram a mandar as peças ou seja os componentes né e eu tô montando montando né e aí quando sei que quando eu sei que montei a última peça, mas o mais difícil não era isso aí mais difícil era fazer a montagem porque não tinha energia para ligar para o ferro elétrico para soldar as peças eu esquentar o ferro que eles mandaram o ferro mas eu não tinha como em quer ligar entendeu aí eu acendia o fogo lá esquentava o ferro no fogo, soldava certo, aí soldava as peças e aí esfriado já tinha que esquentar de novo pra soldar outra entendeu, aí eu sei que terminei soldei tudinho montei tudinho quando eu montei a última peça coloquei as pilhas quatro pilhas grandes lembro como hoje bati aqui na chave do Rádio, sintonizei aqui na rádio Sociedade da Bahia que já tocou aquela música de Marcos Sabino naquele tempo, reluz, soltando a luz que reluz seu olhar, aí foi só alegria.

A imagem a seguir apresenta o certificado concedido ao senhor Abdias, que, para além das atividades laborais do dia a dia, tinha preocupação no que diz respeito à formação e qualificação. Embora com as dificuldades que o tempo lhe oferecia, ele realizou, por correspondência, esse curso de montador de rádio no ano de 1982.

¹⁴ Instituto que oferta curso a distância no formato EaD, localizada no Estado de São Paulo.

Figura 9 - Fotografia da placa de inauguração da escola, Comunidade Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal: Abdias, Macêdo, (2023).

Esse certificado, apresentado pelo nosso colaborador, é carregado de sentimento e retrata que, para além das atividades agrícolas, as pessoas buscavam outras formas de sobrevivência. Outra colaboradora também faz referência à continuidade dos estudos na cidade. Iva Parente destaca:

E aí quando cessava o ensino lá os pais colocavam para estudar aqui, muitos fizeram isso, alguns fizeram, e os filhos foram para frente é tanto que hoje na nossa família, nós podemos contar com várias áreas: tem advogados, dentistas, Engenheiros, praticamente todas as profissões e tudo isso porque teve uma base lá atrás.

Neste sentido, outro colaborador, o senhor Paulo, 76 anos, mencionou que, ao finalizarem os estudos na comunidade, os pais se preocupavam em mandar seus filhos para a cidade com o propósito de dar continuidade aos estudos, pois apenas existiam as séries iniciais, o que corresponde ao ensino fundamental I. Na fala do senhor Paulo, vale destacar o entendimento sobre a educação como algo contínuo,

embora Zabelê não disponibilizasse ginásio, o que é equivalente ao ensino fundamental II atualmente.

5.3 As Políticas de Sobrevivência e o Acesso à Água: uma Memória Coletiva.

Ao pensar nas políticas e convivência com a seca no sertão do nordeste brasileiro, talvez o fator mais relevante presente, na região que implica no seu desenvolvimento, seja o acesso à água. Contudo, o desenvolvimento dessa região é atravessado pelas políticas desenvolvidas através da captação de água em tanques, barragens e mais recentes as cisternas, sendo umas das formas utilizadas para o armazenamento.

Os tanques se colocam como meio ou tipo de atividade presente no cotidiano das pessoas que residiam na Comunidade Zabelê, embora tivessem seus donos e a utilização da água, a limpeza era de responsabilidade da comunidade, tornando-se um bem público. Segundo meus colaboradores, o cuidado com o armazenamento nos tanques era bem organizado, pois tinham as águas que eram consumidas primeiro, devido a coloração e a qualidade que ela oferecia. Conforme fala de Iva:

Tinha o tanque do tio Inácio, tanque do tio Pedro, De Manoel Felipe que nós dizia o tanque da tia Lídia e tem do tio Nilson que era os tanquinhos de bebê e o pente de meu pai que era o primeiro que a água já era um terreno que a água já caía quase clarinha, que geralmente a água era barrenta. Tio do tio Lino tinha, o tanque da Sinhara, o tanque do Keller o tanque que era aqui chamava de Caieira e era esse era os principais, e todos tinha acesso, era cercado, e quando era no verão que ia abaixando a água geralmente eles juntava na comunidade e limpava para para o próximo inverno a água para lá e assim eles viviam todo mundo tinha acesso a essa água não era específico é meu tem só entra se eu quiser não lá era só cercado para os animais não entrar fazer a sujeira dele né era esse era para as pessoas.

Para Iva Parente, a separação da água era algo planejado, pois o Tanque Grande era reservado para as atividades laborais e para os animais. A referência desse é uma memória importante, pois nas redações, entre risos, Iva Parente cita o açude Tanque Grande como um espaço de boas recordações e destaca:

O açude, mais era muito grande, dava pra nadar, quem conseguir atravessar de uma ponta a outra era um recorde, nós fazíamos

campeonato direto lá de quem atravessava, era muito bom e o mais interessante é que ninguém nunca morreu afogado lá apesar do tanto de menino lá dentro (risos) bebi muita água lavando me, mas nunca afoguei.

Ainda neste sentido, nossa colaboradora, a senhorita Irinete Parente, faz referência ao açude e às políticas de convivência na comunidade.

Tinha um grande açude enorme então várias casas ao redor e o colégio várias casas ao redor então eram organizados em pequenos núcleos eram um povoado diferenciado dos outros povoados dos outros dos demais municípios, com o vizinho, as casas eram distância uma légua não sei quanto quantos metros né. E lá não era todos os próximos né e havia a convivência e quando havia um animal tipo uma galinha um pouco passava de uma casa para outra o pessoal respeitava não matava preservava porque sabia que era do vizinho inclusive até a questão mesmo se se uma cabra invadisse o cercado do outro né. O pessoal trabalhava de mutirão às vezes uma pessoa ficava doente trocando o dia de serviço né aquela convivência pacífica não tinha ciúme quando ficava doente os outros lá fazer um mutirão para ajudar o pessoal que fazia mutirão para preservar todo ano limpar os açudes e interessante que os açudes que a gente pegava para beber era os que ficavam mais distantes da comunidade para quê para não sofrer influência né da contaminação ali das fezes dos animais por exemplo. E dá próprias pessoas você vê que o tanque da tia Lídia era separado para lá era o tanto que o pessoal pegar né para beber então eles tinham essa inteligente. E o açude ele teve início com o Luiz e o tio Luiz era até certo ele foi quem deu início aquele açude porque ele percebeu que a água corria naquele sentido né descendo de uma serra que tinha, uma serra muito bonita e ela vinha de lá brotava de lá da Serra e ele começou e aí se transformou naquele grande Açude.

Segundo Irinete Parente, o açude Tanque Grande teve início com o Luiz. Conforme ela, ao perceber que existia uma água descendo de uma serra que era muito bonita no sentido ao local onde se encontra hoje o Tanque, ele decidiu e deu-se início à abertura do mesmo. Nas palavras de Irinete: "percebeu que a água corria naquele sentido, né descendo de uma serra que tinha, uma serra muito bonita e ela vinha de lá, brotava de lá, né, era carregada lá da Serra, e ele começou, e aí se transformou naquele grande açude", como mostra a imagem a seguir.

Figura 10 - Fotografia de moradores da Comunidade Zabelê no Tanque Grande em momento de lazer.



Fonte: Arquivo pessoal, Neusa, Belisário, (1980?).

A imagem apresenta pessoas tomando banho no açude Tanque Grande. Este espaço se apresenta como referência ao lugar de memória, lugar de aconchego. Iva Parente enfatiza e menciona o Tanque Grande como um ambiente aconchegante, de confraternização, de brincadeira, de recordação. A imagem a seguir, por ela apresentada, é uma foto de um momento de lazer das crianças à beira do Tanque Grande.

Figura 11 - Fotografia das crianças da Comunidade Zabelê no Tanque Grande.



Fonte: Arquivo pessoal, NEUSA, Belisário, (1986?).

Por outro lado, na atualidade, o açude se encontra no descaso, aquela imensidão de água deu lugar ao estado de assoreamento e apagamento. Na imagem a seguir, é mencionado o atual retrocesso na história de preservação da comunidade. A imagem retrata, de forma transparente, a destruição de tudo que possa levar e lembrar a Comunidade Zabelê.

Figura 12 - Fotografia na Comunidade Zabelê no Tanque Grande 35 após a criação da unidade de conservação.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Hoje, recorro à fala de Irinete Parente, para permanecer no meu imaginário o meu lugar. “Tinha um grande um açude, enorme, então várias casas ao redor e o colégio, então eram organizados em pequenos núcleos eram um povoado diferenciado, dos outros povoados dos demais municípios”, é assim que quero lembrar do Zabelê. Continuando o percurso do acesso à água, as imagens a seguir apresentam dois locais conhecidos como grungas. As mesmas são fendas em rochas que acumulam água, nas quais, durante o período prolongado de estiagem, as pessoas captavam.

Figura 13 - Fotografias das Grungas, local de armazenamento da água da chuva



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Sobre o espaço de captação de água, Abdias Macêdo enfatiza a dificuldade no acesso às águas devido à escassez em decorrência dos longos períodos de estiagens, assim faltava água nos locais mais próximos da comunidade. Destaca que era necessário ir para as grungas e esta ida era algo que carecia de uma agilidade, pois a dificuldade era enorme.

A persistência era grande, tinha que agir, vamos dizer assim, por que se não agisse aí fazer o que? Só tinha um caminho aí a gente ia pegar os animais quando não achava mais água de jeito nenhum nesses açudes que citei antes, entendeu, não ficava nada, animais, gado jumento, e levava lá pra essas grungas lá tirar água, para dar para ele. Até que quando, as águas se esgotava e ficava mais difícil e tinha que descer alguém nessa grunga como eu desci várias vezes entendeu, pra facilitar pra encher as latas lá em baixo, pra botar no lugar de acesso para o pessoal puxar pra cima né e nessa parte ainda é a parte mais fácil ainda pois descia uma lata grande de 18 litros apertada mais descia. É essa daí acabava e a gente mudava para outra que a gente chamava grungrinha que era mais estreita e só descia uma lata de 5 litros entendeu e aí a demanda era a mesma, era o mesmo tanto de gente, o mesmo tanto de animais, e ficando pois cada dia que passa,

porque a cada dia que passa fica mais seco e a tendência era só piorar, era o Sofrimento das pessoas e dos animais.

O problema mencionado pelo nosso colaborador é que quanto mais se alongava o período de estiagem, maior era a necessidade de se adaptar aos meios viáveis com o propósito de adquirir a água, tanto para subsistência como para os animais. Toda essa narrativa é realidade no que diz ao acesso à água na região semiárida e fez parte do cotidiano da antiga Comunidade Zabelê.

6 AS PESQUISAS NO PNSC E AS IMPLICAÇÕES QUE ENVOLVERAM A ANTIGA COMUNIDADE ZABELÊ.

Este capítulo aborda questões envolvendo a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, levando em consideração as relações sociais, observando como se deu o início das pesquisas, atenta também como a comunidade viu e entendeu o início dos trabalhos. Outra questão presente, nesta seção, é como a antiga Comunidade Zabelê se encontra nos tempos atuais.

6.1 A Criação do Parque e a relação com a Comunidade Zabelê.

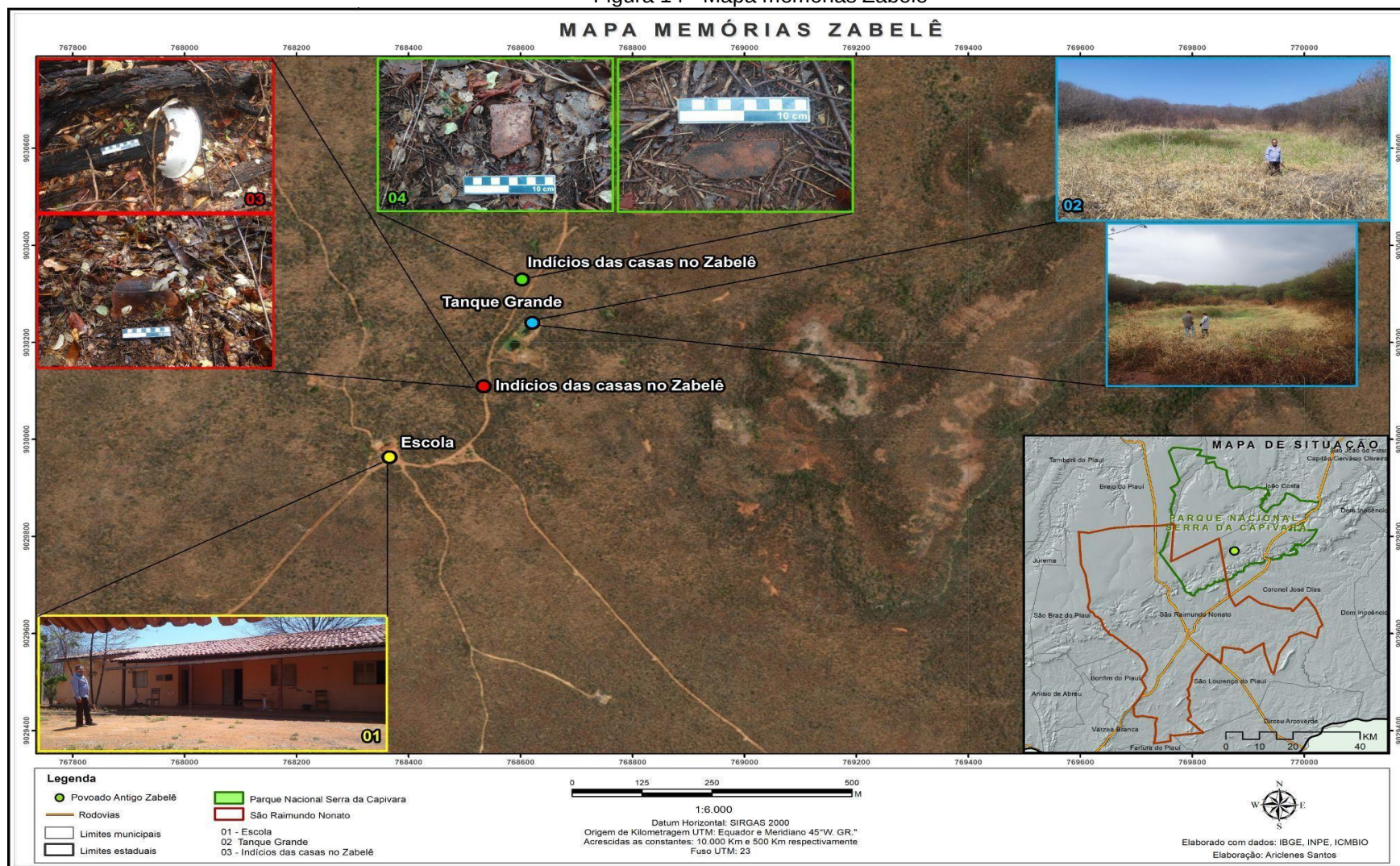
Inicialmente, apresenta-se a fala de José Clementino Alves Parente à pesquisadora Maria Sueli Rodrigues de Sousa, de modo que ela denomina esse depoimento como “O povo do Zabelê”, onde ele faz um panorama da vida na comunidade e como o desenvolvimento das pesquisas, naquele período, impactaram de forma negativa a vida daquele povo.

Eu quero falar pra senhora é o seguinte, que eu sou muito bruto. E a ignorância minha é a falta de cultura. Às vezes é porque a gente não sabe o sinônimo das palavras e acaba falando palavras que pode complicar mais ainda, mas essa não é minha intenção. Meu nome é José Clementino Alves Parente, agora sou conhecido como Quelé, mas pra documentação é José Clementino Alves Parente. Então a gente nasceu e se criou em um lugar chamado Zabelê. Eu nunca mais andei lá não. E não ando lá porque tem que se humilhar e eu não me humilho pra ninguém. Lá, desde quando eu me entendi em mil novecentos e trinta e sete, criava cabra, gado. Todo mundo tinha gado. Teve pessoas que mora aqui no assentamento que hoje só tem um cachorro, mas que chegou a possuir trezentas cabeças de gado lá. Hoje dentro desse assentamento bem aqui eu tenho um cachorro, mais nada. Nem uma galinha num tenho. Em mil, novecentos e setenta e sete, no tempo que o ibama, que se chamava ibdf, duas senhoras, que eu num sei o que elas era, num se identificaram, então naquele dia, ela fez a pergunta da quantidade de animal que tinha lá, e eu respondi elas tudinho e uma daquelas que andava junta falou com a outra : - “Esse povo tá fora do povo que nós tamo atrás”. Porque elas tavam atrás de um povo bem humilde e bem fraco e lá não era assim não. Uma prima minha que me ajudou a lutar por isso aqui mora bem ali, naquele tempo, ela tinha uma média de cento e trinta cabeça de gado e hoje ela tá lutando com quatro uveinha aí na corda. A senhora pode andar por ali que vai ver as uveinhas dela na corda e é a única coisa que ela tem aqui. Lá nós sabia viver e tinha recursos nativos e artificial que dava suficiente pra gente manter a vida. O Zabelê, desde quando a gente se entendeu pra cá, até hoje, num vi um pedaço de terra como aquele porque lá é o seguinte, lá se choveu pra você plantar, o fruto você colhe e nos outros lugares num é assim não. O

vento lá é saudável de um tanto que você se sente feliz em tá ali naquele lugar. As laranja lá, você planta as laranja quando ela começa a botar, ela bota, bota, bota e bota muito e aí passa o tempo inteiro botando e todo o tempo. Ali não faltava o alimento pro pobre. Só que era longe e naquele tempo chamava légua e era cinco légua de lá pra a cidade de São Raimundo e lá as estradas era ruim e a gente vinha de animal e aí vinha na sexta feira e só chegava no domingo. Aquele pessoal que vivia lá era um pessoal de uma cultura intelectual superior a todo o outro povo do município. Tinha uma seção eleitoral lá, a nossa urna era duzentos votos e só dez botava o dedo. Aí eu me sinto ainda hoje feliz que nós era aquele povo. Então eu me sentia muito feliz lá naquele lugar. Penso eu que posso falar pra senhora que nós era feliz ali. Eu posso afirmar pra a senhora que eu saí de dentro de uma sociedade, de uma união, saí de dentro de um oratório pra cair dentro de um tacho fervendo. Comparação que eu faço pra senhora é essa. Eu vivo nesse tacho fervendo até hoje. A vida do agricultor de lá era dobrada. Pois bem, quando era a partir de maio até outubro o Raimundo Coelho colocava um caminhão a disposição pra carregar tudo pra cá, trazia a mamona, trazia o feijão, trazia o milho, trazia a banana, trazia a laranja, trazia o algodão, trazia a pele de bode e carradas de bode, trazia gado. Teve muitas vezes de vender gado até no Recife. Lá era longe, bem verdade, mas o lugar era saudável, a gente tinha felicidade de viver lá. Era saudável o lugar e ali a gente vivia um povo humilde, um povo confortado, um povo que tinha fé, um povo de confiança, um povo que não interessava em fazer o mal. Aí você sabe o que foi que aconteceu? Foi pago um pé de laranja por uma dúzia (Sousa, 2010, p.09).

Assim como na fala de José Clementino, os fatos ocorridos durante o processo de desapropriação, situação que foi muito cara para a Comunidade Zabelê, do ponto de vista da derrubada das casas e das tentativas de apagamento dos espaços que constituíam as memórias de um povo. O mapa a seguir traz a localização geográfica do território, que compreende Comunidade Zabelê e a atual configuração dos espaços de convivência e de memória, tendo como referência a escola, o Tanque Grande e os indícios das casas através de telhas e utensílios domésticos.

Figura 14 - Mapa memórias Zabelê



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

As pesquisas desenvolvidas no âmbito da comunidade "Zabelê", na década de 1970, até o processo de retirada, caracterizaram-se como cordiais. Godoi (1993), uma das primeiras pesquisadoras, enfatiza essa relação como privilégio, pois lhe permitiu fazer parte do dia a dia dos moradores, participar da vida dos mesmos como membro da comunidade, ou seja, participar das refeições, do trabalho nas roças, do cotidiano e da vida da comunidade.

As palavras mencionadas acima, encontram-se em conformidade com o que nossa colaboradora Iva Parente descreve, relata sobre o desenvolvimento das pesquisas na comunidade, a princípio se desenvolve como algo importante, tanto a presença dos pesquisadores como também o trabalho por eles realizado.

Pesquisaram a Terra levaram o bairro para fazer para ver se havia algum tipo de Mineral, e até petróleo, eles pesquisaram para ver se tinha eles pesquisaram os tipos de verme que tinha lá a que doença tinha causado pelo museu e tipo de ave que tipo de animais ele fica só catalogaram tudo, tudo, tudo lá e lá durante um período muito era muito cientista da Itália, da França, da Unicamp, da Fiocruz. Médicos, é cientista disso daquilo era tanta coisa que eu não sei te dizer o nome das especialidades, mas era muita gente chegava aquelas van cheio de cientista e ia se espalhava andava naqueles matos lá, naquela, esse acampavam lá durante meses, dias, acampavam nas casas né, hospedado como hóspede mesmo, que, o povo era acolhedor, pesquisava um modo de vida de todo mundo tudo, teve pesquisador de morar praticamente o ano inteiro lá sem sair, só fazendo os relatórios dele.

De acordo com nossa colaboradora Irinete Parente, o contato com as urnas funerárias e pinturas era algo natural por parte das comunidades que se encontravam no território, algo muito presente no cotidiano dos moradores que se encontravam dentro da delimitação do Parque Nacional Serra da Capivara.

A Toca do Gongo era muito conhecida, era um ponto de parada das pessoas que transitavam por exemplo rumo a João Costa que que era uma comunidade que era frequentada ali do Entorno né. Aquelas comunidades. Eles eram muito amigos né, do coronel o João Costa que hoje é João Costa né que se chamava aí tinha o povoado leso, assim a Boa Vista, tinha o Cambraia, então o pessoal tinha aquele vínculo de amizade, então nessas Andanças deles que faziam também no ciclo da, desde o ciclo da Maniçoba lá em 1900 no início não sei nem de quanto. Então pessoal já passava na Toca do Gongo, que era uma roça lá, né ela era propriedade e era uma propriedade

privada e tinha lá as urnas com os restos mortais, que foram encontrados. No museu, então todo mundo conhecia, todo mundo sabia e ali ninguém tocava porque ali era os bebês dos índios era os restos deles e todo mundo passava lá, ele quem chegou lá e tirou lá, uma comunidade habitada há mais de 300 anos por uma família, e era tudo respeitado. As pinturas no pé serra, era os desenhos dos índios ninguém se importava de lá mexer todo mundo conhecia onde era tanto, que houve uma facilidade enorme quando os primeiros pesquisadores chegaram não houve dificuldade, não houve novidade, todo mundo sabia onde estava. E como estava né, os pesquisadores, eu eram crianças, disse lá no Caldeirão do Rodrigo muitas vezes vi eles lá conhecia os desenhos, toda criança conhecia.

Dentro da narrativa apresentada, nossa colaboradora enfatizou que, antes da chegada dos pesquisadores, os moradores já tinham ciência sobre a existência das pinturas rupestres e das urnas, inclusive as crianças, embora nomeassem os vestígios como desenho de índio. Diante disto, relacionado a estas fotos, recorreremos ao trabalho de Bastos (2010) que, em entrevista com Nilson Parente, considerado o primeiro guia mateiro, já menciona fatos relacionados à Toca do Gongo, como um espaço que existiam urnas funerárias. Ele descreve ter encontrado um esqueleto.

Segundo Nilson Parente, o trabalho começou no Gongo, onde ele próprio havia encontrado um esqueleto dentro de uma urna, em 1953. Tem até uma história que ele conta, de todos ouvirem um choro de criança, que os guiou até um esqueleto enterrado... de uma criança! Isso depois de desenterrarem dois outros esqueletos. Para Nilson, os pais ou avós daquela criança. Anos depois, Niède e Anne-Marie Pessis encontrariam outros nove esqueletos no Gongo. Nilson jura que todo mundo ouviu o choro (Basto, 2010, p. 63).

Na Toca do Gongo, nos últimos anos, foram encontradas várias urnas funerárias com esqueletos humanos, para a nossa colaboradora eles já se encontravam naquele espaço com datações acima de 300 anos. Estas informações sobre a existência de esqueletos vão de encontro a pesquisas recentes, como a de Moraes (2015), que destacam o circuito Gongo, com a presença de vestígios de arte rupestre, gravuras, pinturas, onde, também, foi encontrado, recentemente, em 2013, um cemitério com ossos humanos, sendo 12 ossadas. Neste contexto, a autora destaca:

Alguns corpos foram enterrados em urnas funerárias e outros tiveram enterramento simples, sendo que a maioria pertence a crianças. Além dessas ossadas foi encontrado material lítico, rochas e minerais que podem estar associadas aos enterramentos. Esse sítio é de singular relevância em razão da existência de poucos registros de sepultamentos no Parque Nacional Serra da Capivara. É importante salientar que o sítio Toca do Gongo III ainda é pouco estudado, as publicações insipientes dificultam estabelecer uma caracterização mais detalhada, tanto do contexto arqueológico quanto do contexto geoambiental, no entanto a partir desse estudo será possível uma melhor descrição desse sítio. (Moraes, 2015, p.37)

Quanto às percepções, sobre a existência dos vestígios arqueológicos, nota-se que os moradores já tinham essa compreensão de algo sagrado, pois pertencia aos povos antigos, por outro lado, os extremos ficam nítidos quando vemos duas visões distintas sobre a comunidade em relação ao sentido de preservar, principalmente no que diz respeito às práticas arqueológicas. Segundo Mageste e Amaral (2022), existem dois extremos que permeiam as práticas arqueológicas na região da Serra da Capivara.

Frente ao cenário esboçado, percebemos que, se, por um lado, as discussões sobre o povoamento da América têm estimulado a imaginação das(os) cientistas por décadas; por outro, na memória afetiva de parte da população impactada pela consolidação das práticas arqueológicas na região, persistem experiências e lembranças relacionadas com a desapropriação e com trabalhos de escavação; com a participação nos projetos sociais conduzidos pela FUMDHAM; ou mesmo com as ações de educação patrimonial conduzidas pelo IPHAN (Mageste e Amaral, 2022, p.09).

A proposta de Niede Guidon, vista no Trabalho Oliveira e Borges (2015), dá-nos uma dimensão sobre a percepção da pesquisadora em relação ao povoamento da Comunidade Zabelê, no município de São Raimundo Nonato, para ela existe a necessidade da preservação do patrimônio arqueológico, em uma carta encaminhada ao governador do estado do Piauí, Niede faz as investidas com o propósito da retirada dos membros da comunidade.

Senhor Governador, Minha intenção é realizar a cobertura dessas lapas antes que elas sejam destruídas, de modo que fiquem documentadas para sempre. [...] Tenho verificado de 1970 para 1973 e para 1975 que certas pinturas foram destruídas. Lapas imensas

cobertas de desenhos hoje estão nuas nas paredes erodidas, pedaços de rochas com restos de figuras caídas no solo. Procurando saber as razões, obtivemos a informação de que durante a seca os habitantes queimaram a vegetação dos baixões e, às vezes, o vento empurrava o fogo de tal modo que ele chegava até as lapas das beiradas das falésias e o calor fez explodir as paredes, estragando para sempre esse patrimônio cultural brasileiro. Seria impensável proibir essas queimadas, mas talvez a solução que o governo do Piauí conseguisse junto ao Governo Federal que toda essa região, incluindo zonas dos Municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Canto do Buriti e Caracol, fosse transformada em Parque Nacional.

Por outro lado, temos uma visão distinta sobre a conservação do Parque, haja vista que a ideia inicial não era a retirada das pessoas que ocupavam aquele espaço, como relata uma colaboradora, a senhora Iva Parente.

Porque a princípio o parques não incluía lá, era só a questão dala, aí depois foi que por uma decisão de dois cientistas da doutora, uma mulher com outro cientista, que eles acharam que lá, é distante dessas dessas figuras rupestre não tem nada a ver, a distância é grande lá não tava incluído a princípio. Depois foi que eles resolveram desapropriar lá, considerando que poderia haver uma expansão agrícola, agropecuária e chegar até lá e danificar as figuras. Só por causa de um pensamento deles, de não deixar que nossa família morando lá. Morava lá, desde, a mais de 200 anos, desde da época da borracha e nunca danificaram nada, pelo contrário preservaram porque eles viviam da terra lá, é muito fértil.

No entanto, o contexto para o período, na ideia de preservação de patrimônio arqueológico, não inclui comunidade, o que dificultava essa articulação de uma ideia de etnoconservação, pois a criação do PARNA seguia o modelo dos EUA.

Oliveira e Borges (2015) falam sobre o sistema de etnoconservação¹⁵, por meio da implantação do etnomanejo, onde se trata cada comunidade com suas particularidades de modo a serem incluídas no processo de conservação.

A etnoconservação se estabelece como premissa de um trabalho organizado, tendo a participação ativa dos moradores das comunidades. As tarefas a serem realizadas seriam dentro de um princípio determinante, onde a população local fosse

¹⁵Trata-se, portanto, de uma gestão compartilhada dos recursos naturais entre Estado, entidades ambientalistas e populações locais. Seu princípio determinante é a orientação do manejo desses recursos regidos pela lógica, saberes, práticas e usos específicos das comunidades e povos tradicionais presentes nesses contextos territoriais (Silva Junior, 2009, p.02).

orientada sobre as propostas de manejo, com o propósito de valorização dos saberes e práticas culturais dos povos presentes nos territórios (Silva Júnior, 2009).

No entanto, esse modelo de conservação não se estabeleceu, pois, no que diz respeito ao trabalho realizado para com as pessoas da Comunidade Zabelê, Irinete, moradora e nossa colaboradora, vai além, quando fala sobre a retirada de dentro do território em que se encontravam no PARNA. Para ela, os trabalhos só favorecem os pesquisadores, Irinete enfatiza também a respeito da desapropriação, sendo compreendida como um erro gravíssimo. Em seu relato destaca:

Favorece muitos pesquisadores e de preferência cometeram um erro gravíssimo em retirar a comunidade que não era necessária, até porque, no povoado mesmo não existia, nada que fosse, não tinha as urna não tinha essa relevância né mas como é retirar aí um dos motivos de justificar inventar Mil e Uma História de povo. Que destruíam, quem viviam disso, de uma maneira que era totalmente contrária interessante é que por exemplo nos roçado, é bom que se diga isso, olha na nossa roça por exemplo, na roça quando nós chegava lá tava os pelos da onça que tinha entrada para comer o viado que tava comendo a mandioca, tinha Cotia tinha inúmeras espécies de pássaro de tudo. A gente nunca mexeu com eles e toda vez a nossa plantação já era garantida boa parte deles.

Paulo Dias, nosso colaborador, ressalta que a comunidade, através de seus moradores durante os primeiros trabalhos das pesquisas, possibilitou, com maior facilidade, a identificação dos espaços aos pesquisadores, os quais queriam estudar. Seu Paulo juntamente com Nilson Parente trabalharam com Lídia na toca do Baixão do Perna I, que se encontra a uma distância de 06 quilômetros do Zabelê. Segundo Bastos (2010), Nilson Parente, por exemplo, esteve junto com Niede Guidon nas pesquisas no PNSC, a mão de obra deles serviram naquele momento. Hoje, os registros fazem parte, em sua grande maioria, das memórias dos moradores da comunidade.

Para Iva Parente, depois do levantamento veio o golpe final.

Assim que eles catalogaram tudo e aí veio o golpe final que foi o levantamento para retirar o povo de lá, só um choque a princípio todo mundo entrou em Pânico porque era um povo que sabia viver da agricultura e eles iam ser despejados de onde eles nasceram e saiu de lá para onde eles iriam cada um com a casa cheia de menino. Tinha pessoas com 15 filhos, 20 filhos que todas as famílias eram numerosas

eu tenho mais primo,(risos) é muita gente, muita gente mesmo, então aquele homem que sabia viver do campo e sustentava a família com louvor e aí de repente ele ia perder tudo aí falaram numa indenização. Houve sim protesto, reivindicação, questionamento, eles queriam saber o que seria feito deles, a ponto que a doutora Niede, ela, ameaçou levar o exército para expulsar quem não assinar a saída de lá, o povo saiu de lá com medo do exército aí é difícil essa era um medo da maioria, aí eles começaram a assinar.

A retirada das pessoas da região do Parque vai de encontro ao que vinha acontecendo no país, pois estávamos ainda respirando os resquícios da ditadura militar, vivendo em um período de transições políticas e da elaboração e implantação da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o que motivou a saída do povo da região do Parque foi o medo de uma possível presença do exército, ocasionando investidas dos moradores no sentido de assinar os documentos junto ao banco e às entidades competentes, responsáveis para fazer o levantamento dos bens que viriam a ser indenizados.

O problema, referente ao trabalho desenvolvido quando se menciona sobre indenização, dá-se pelo fato de que o reconhecimento dos bens não se encontrava em conformidade com o que a comunidade produzia. Os moradores ergueram suas roças com estacas de madeira, no entanto, esse tipo de benefício não foi considerado, tendo em vista que eles consideram cercas feitas com arames. Outro exemplo a ser considerado é o desenvolvimento das atividades agrícolas, pois os moradores tinham hábito de plantar algodão, mamona, no entanto, esse tipo de produto não foi aceito.

A questão da plantação era uma cultura que era, é como é que se diz, temporária porque essas fruteiras que eu tô falando são de região. Para ter laranja tem que ter água, a laranja gosta de água no pé na raiz e lá era terra seca aí o povo perdeu ficou uma quantidade baixa da indenização. As casas por ser casa simples, ele não consideraram alto valor, mas todo mundo tinha casa de alvenaria e eles pagaram muito pouco por cada benefício, eles diziam que as terras não eram beneficiada porque os animais eram criados soltos né aí eles foram reduzindo, reduzindo, reduzindo, reduzindo e deixaram o povo praticamente sem nada.

Outro problema mencionado pelos moradores é o não interesse, por parte das entidades competentes, de viabilizar uma solução para o problema existente no território, haja vista que houveram investidas da comunidade junto aos órgãos

competentes e às lideranças políticas das esferas estadual e federal, mas não houve retorno, pois não havia interesse. Neste contexto, Iva Parente complementa dizendo:

Não teve apoio político. Ninguém se interessou, aí eu pergunto a vocês: por quê? porque não dava lucro, e nessa época todo mundo lá votava. Todo mundo tinha um título. Então, porque nenhum deputado se interessou, ninguém, ninguém, ninguém, entendeu. Quando vocês, como o futuros cientistas, estão fazendo trabalho vocês observem isso: o pesquisador, ele quer saber a história, mas ele não faz nada pelo entrevistado, porque muita gente entrevistou o povo da Zabelê, conviveu com ele e ninguém fez nada, porque não era da competência deles... Simples assim. A competência é de órgão tal, tal e tal e ninguém faz nada... Uns nem orientaram para onde essas pessoas tinham que começar e aí deixa todo mundo... assim acredito que também aconteceu quando fizeram ali em Paulo Afonso [...] a barragem, né? E assim é quando vão fazer essas grandes obras ou fazer parques, linhas de trem ou estradas, não considera quem tá no meio do sistema, é assim, entendeu, então foram muitas pessoas, muitas famílias que sofreram e sofrem, aí se espalharam pelo mundo.

Portanto, durante o período da implantação do PNSC, o posicionamento na atualidade de alguns moradores, no contexto que envolveu a Comunidade Zabelê, é que houve um descaso, de forma substancial, para com o povo Zabelê, como acontece na implantação de grandes empreendimentos. A existência da comunidade se descreve nas palavras de Iva Parente “o Povo do Zabelê é como cisne, ressurgue da cinza”.

Durante o ano de 1997, parte das pessoas que foram desapropriadas de suas terras se mobilizaram em torno da aquisição de um novo espaço. Hoje conhecido como comunidade Novo Zabelê. Iva Parente menciona como foi realizado o primeiro trabalho junto à entidade INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sendo um trabalho de mobilização realizado pelo seu pai, que se tornaria o primeiro presidente de associação da nova comunidade.

Meu pai, ele fez esse trabalho comunitário de ser líder, de uma comunidade sem ser eleito Líder, né, ele foi aqui né o presidente ele que formou esse assentamento do zabelê, ele que organizou tudo. Ele que foi atrás do INCRA, e tudo. Ele deixou já formado as casas, com caminhão, trator, tudo, ele fez um projeto que nenhum prefeito consegue fazer e ele conseguiu com o Incra já aqui no novo zabelê.

Este novo assentamento está em processo de titulação da propriedade, sob o comando da atual presidente da associação de moradores, Zildene Pereira, atualmente, objetiva-se a posse em definitivo da propriedade por parte dos assentados.

Por outro lado, a nova configuração do espaço, onde existia a antiga Comunidade Zabelê, concretizou-se em sítios, lugares de memórias, sinônimo de pertencimento. Neste sentido, realizamos duas visitas ao Antigo Zabelê, em dois períodos entre setembro e novembro de 2023, tendo como parâmetro a busca pelos espaços.

6.2 Antigo Zabelê nos tempos atuais

No dia 02 de setembro 2023 visitei a Comunidade Zabelê. Saí de São Raimundo Nonato por volta de 07 horas da manhã, acompanhado pela minha esposa Rimie e o guia Denilson, passamos na Comunidade Novo Zabelê, pegamos o meu pai Paulo e seguimos em destino à comunidade. O primeiro local que visitamos foi a Casa de Pedra que se encontra na Barriguda, que foi erguida pelo seu Joaquim Belisário, na década de 1950. Lá, visualizamos tornos feitos de madeira, arcos de ferro (possivelmente seria de um barril), uma cama de ferro, caibros e telhas, além de materiais como restos de vidro e encontravam-se sobre o solo.

Seguindo a nossa viagem, chegamos à comunidade da Zabelê, fizemos uma pausa no colégio, mas seguimos e dirigimo-nos para o cemitério, local simbólico e lugar sagrado para as famílias, o qual se encontra aparentemente preservado, como mostra a imagem a seguir.

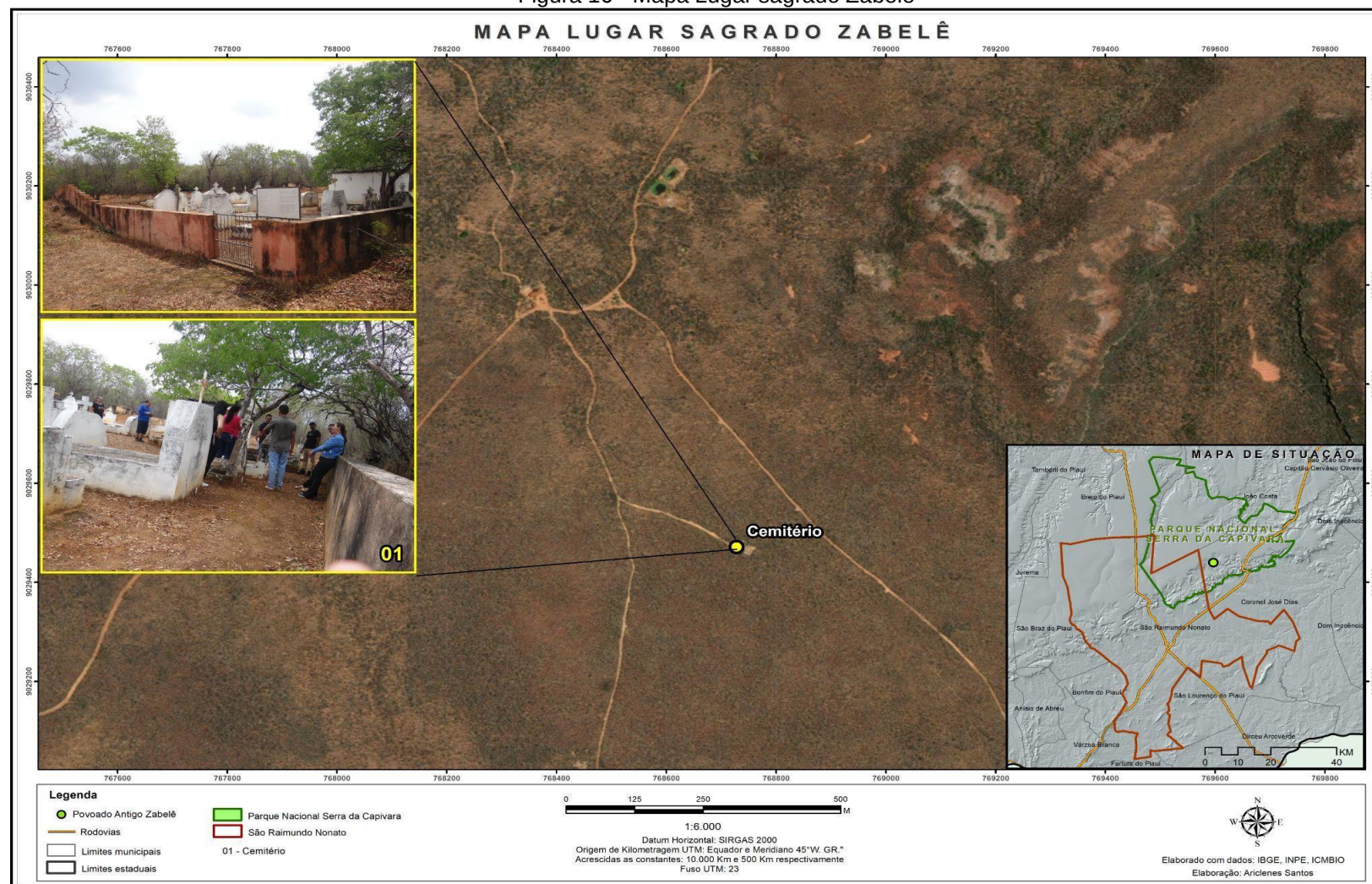
Figura 15 - Fotografia, vista do cemitério do Zabelê com uma tomada realizada da parte de fora.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Situado esse espaço, o mapa a seguir apresenta a localização e fotografias realizadas no trabalho de campo no dia de Finados, em 02 de novembro de 2023. Na oportunidade, houve o acompanhamento do professor Alencar Amaral, juntamente com a sua esposa Rosimary Aparecida, auxiliando-me na pesquisa que por hora era realizada.

Figura 16 - Mapa Lugar sagrado Zabelê



/Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Como já mencionado, a ida ao cemitério se deu em duas etapas: no primeiro dia me mostrou o túmulo da minha irmã e também o da minha tia Mercês (este túmulo da foto) que foi construído pelo meu pai. Uma informação, por ele mencionada, é que: “os túmulos que tinham cruzes feitas nos mesmos moldes foram realizados pela equipe do Parque e as outras com formatos diferentes, em ferro, foram realizadas pelos familiares dos entes queridos”.

Figura 17 - Fotografia, túmulos no cemitério do Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A imagem acima faz parte do primeiro dia de trabalho de campo, realizado no mês de setembro, tendo como referência a informação mencionada pelo meu colaborador Paulo Dias, em relação ao formato das cruzes que tem dois modelos distintos, sendo um feito de concreto e o outro de ferro. Neste período, só é possível fazer a visita acompanhado de um guia.

Figura 18 - Fotografia dos túmulos construídos pelos familiares



Fonte: Arquivo pessoal, (2023)

Em um segundo momento, temos a visita ao cemitério realizado no mês de novembro, quando os antigos moradores do Zabelê tem acesso à comunidade através de uma autorização simples. A fotografia a seguir traz a representatividade do momento realizado no dia 02 de novembro.

Figura 19 - Fotografia no antigo Zabelê por moradores no dia de Finados.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Nesse dia não é necessário a presença de guia, pois a visita ao cemitério é liberada. As pessoas costumam acender velas, fazem orações para os fiéis defuntos que se encontram naquele local.

Figura 20 - Fotografia, túmulos no cemitério do Zabelê, no dia de Finados.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Para além do cemitério, as pessoas costumam fazer uma visita a outros espaços que fazem memória à história da comunidade. Dando seguimento a nossa viagem, partimos em direção ao local que se encontrava a casa da minha família, tínhamos como norte as informações do meu pai e as placas que indicavam a direção do Tanque Grande, que era o principal ponto de referência. Ao chegar à beira daquele local, a paisagem era muito diferente do que existia no meu imaginário e de tudo que as fotografias me faziam imaginar. Porém, eu me encontrava diante do local que era, e é, muito significativo para o povo do Zabelê.

Figura 21 - Fotografia do Tanque Grande na Comunidade Zabelê na atualidade.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 22 - Tanque do tio Júlio.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A partir daquele momento eu conversava com meu pai, pois ele me situava onde eu estava, era uma memória transmitida, tudo fazia parte da vida dele e ganhava novo significado para minha pessoa, então resolvemos procurar o local da nossa antiga casa, foi difícil mas identificamos indícios, dois pedaços de telhas e três pedaços de vidros, para além destes, meu pai afirmava que nós estávamos no local da nossa casa.

Figura 23 - Fotografia do indício da casa do Paulo na Comunidade Zabelê.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Seguindo a nossa saga pela história da comunidade, paramos em um local que supostamente seria a casa da família do tio Joaquim Belisário, neste local a presença de parte de utensílio doméstico¹⁶, restos de calçados, pilhas, tijolos, telhas e vidros seriam indícios da presença de uma morada da pessoa citada.

Figura 24 - Fotografia, utensílio deixado por moradores Comunidade Zabelê, casa do tio Joaquim.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

¹⁶ Imagens de vestígios presente na antiga comunidade.

Figura 25 - Resto de telha, casa Joaquim Belisário.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Ainda nesse percurso que nos propomos a realizar, fomos então fazer o itinerário o qual as famílias realizavam na busca pela água nas grungas. Fui conhecer o local que para muitos era sagrado, pois ali se permitia saciar a sede, tanto da família como dos animais.

Figura 26 - Grungas



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Um local muito representativo dentro da história da Comunidade Zabelê, é a Casa de Pedra, local simbólico, pois representa o sinal de resistência. Em visita, foi possível visualizar alguns utensílios domésticos dentro e fora da casa, como o caso de um pilão e uma cama de ferro.

Figura 27 - Casa de Pedra.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 28 - Pilão deixado ao lado da Casa de Pedra



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Considerando o trabalho de campo, pode-se observar que os espaços que pertenciam à Comunidade Zabelê se apresentam atualmente como sítios

arqueológicos, lugares de memórias, lugar de pertencimento, haja vista que a configuração dos espaços foram se modificando ao longo do tempo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo proposto, as inferências a respeito da história da antiga Comunidade Zabelê me fizeram perceber que o contexto envolvendo a criação da unidade de conservação é complexo, pois os sentimentos sobre determinada situação, “a retirada das pessoas” da comunidade, ainda se encontram latentes e vivos, as feridas ainda não cicatrizaram e podem ser percebidas ao longo dos relatos dos colaboradores desta pesquisa.

Contudo, por outro lado, entende-se que a história da comunidade apresenta elementos que soam como um alento, na medida em que a educação se colocou como elemento transformador para a construção da memória do lugar. Permito-me dizer que os relatos de cada colaborador fazem do Zabelê um lugar único, sinônimo de pertencimento, identidade, pois, mesmo após a desapropriação, as pessoas se reconhecem como grupo social através de laços educacionais e dos espaços de convivência, Tanque Grande, campo e escola.

As novas falas e imagens foram os indicadores para a elaboração de como era a comunidade, promovendo a abertura para o sentimento de pertença, pois as manifestações apresentadas pelos sujeitos sociais, a respeito do espaço em que viveram, levam uma singularidade de emoções que foram sentidas e vividas por eles. Neste sentido, toda informação se torna relevante quando se analisa a vida social em comunidade como marco temporal dos acontecimentos.

Os indicadores das ruínas da comunidade mostram que os objetivos do apagamento não se concretizaram totalmente, hoje podem caracterizar múltiplos significados, na medida que os espaços físicos, escola, cemitério e vestígios como telha, bem como utensílios domésticos, fazem memórias à antiga comunidade, permitem-nos registrar uma história sobre o antigo Zabelê. Hoje os espaços onde existiam as casas se caracterizam como sítio arqueológico, possibilitando a ampliação dos registros sobre os lugares de memória e conceito de patrimônio, respeitando a diversidade cultural. Nesse sentido, toda manifestação de grupos ou indivíduos são expressões para a composição da identidade social e cultural.

As narrativas sobre os aspectos econômicos destacaram as potencialidades que a Comunidade Zabelê desenvolvia, fazendo referência ao fumo, algodão e mamona. Na questão da educação, cabe destacar o curso de montador de rádio

realizado de forma remota. Assim, de maneira específica, os objetivos foram atingidos, pois se conseguiu apresentar elementos que fazem memória à história da Comunidade Zabelê, identificando patrimônio material e imaterial do território; apresentamos narrativas, memórias sociais e histórias da comunidade, desde sua origem até a desapropriação; descrevemos os contextos narrados por moradores que foram desapropriados do referido lugar.

A título de inferência, esses espaços existentes na antiga Comunidade Zabelê podem se caracterizar como patrimônio, eles representam a história arqueológica que resiste, e fazem parte do processo de desapropriação dos moradores que por algum tempo ocupavam aquele lugar.

Considerando as lentes da arqueologia e suas atribuições, cabe salientar que as novas práticas arqueológicas promovem a abertura para multiplicação do conhecimento dentro de uma responsabilidade social e profissional, com o acesso ao conhecimento para uma participação de interesse público.

Contudo, esta pesquisa não se encerra aqui, à medida que versa sobre fatos semelhantes aos que ocorreram no contexto do antigo Zabelê, olhando sempre para práticas arqueológicas, tendo como premissa o envolvimento dos grupos sociais e a atuação desses agentes no debate democrático sobre patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004 236p.

AGUIAR, P. C. B. de; MOREAU, A. M. S. dos S.; FONTES, E. de O.. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. 50, p. 195-213, 2013.

ALMEIDA, Fabiana Pureza de. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. 2014. p. 247. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, 2014.

BAIMA, Carlúcio de Brito. **A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato: reflexões e contribuições**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BANDEIRA, A. M. Arqueologia Pública e a preservação do patrimônio cultural pré-colonial maranhense: diagnóstico sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís–Maranhão. **Patrimônio e Memória**, v. 15, n. 1, p. 238-265, 2019.

BARCELOS, A. H. F. Arqueologia e patrimônio no Brasil: um dilema inacabado. **Revista Tempos Acadêmicos (Dossiê Arqueologia Histórica)**, Criciúma (SC), n. 10, p. 4-25, 2012.

BASTOS, R. L. **Preservação, arqueologia e representação sociais: uma proposta de arqueologia social para o Brasil**. Erechim: Habilis, 2007.

BASTO, Solange. **O PARAISO E NO PIAUI: a descoberta da arqueóloga Niède Guidon**. Piauí: Ed. Família Bastos. 2010. 228 p.

CABRAL, M. P. “E se todos fossem arqueólogos?”: experiências na Terra Indígena Wajãpi. **Anuário Antropológico**, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014. URL: Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.1269>. Acesso em: 15 Jan. 2023.

CAMPOS, R. F.; FÉLIX, L. A. G. VASCONCELOS, F. C. W. Política ambiental brasileira: histórico legal da criação de áreas protegidas. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, p. 16 ,2011.

COSTA, M. C. Arqueologia pública: processos de origem e comunicação. **Mescla**, v. 1, n. 1, p.11, 2020.

CARDOSO, D. et al. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 11, p. 83-98, 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, Florianópolis, v. 6, n. 6, p. 09-25, 24 jul. 2009.

DELGADO, L. de A. N. **História oral-memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2017 p 136. Disponível em: books.google.com. Acesso em: 20 Jan. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA**. 6. ed. São Paulo: Nupaub-Usp, 1996. 101 p.

FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História oral: desafios para o século XXI**. Editora Fiocruz, p. 204, 2000.

FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História (São Paulo)**, v. 27, p. 13-30, 2008.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRASSI, Denilson Lucas. **Arqueologia Pública no Brasil: reflexões sobre suas práticas sociais e possibilidades educacionais**. 2022. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Iniciação Científica em História, Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru, 2022

GRAVA, A. de S. **Desafios da Alfabetização em Escola Pública de Período Integral em um Município da Grande São Paulo: Reflexões a Partir da Ótica dos Sujeitos da Prática**. 190 f. Dissertação (Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2019.

GUIDON, N.; BUCO, C. A. O estado da arte”: as pesquisas arqueológicas e o desenvolvimento regional do Parque Nacional Serra da Capivara. **En: Pelegrini**, p. 141-172, 2010.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do piaui**. 1993. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 1993.

GODOI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, p. 165, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARTEMANN, G.; MORAES, I. P. de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.

HORA, J. F. da; PORTO, V. C. Patrimônio cultural, arqueologia pública e educação patrimonial: multivocalidade e interdisciplinaridade. **Veredas. Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 3, n. 6, p. 141-156, 2020.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/portal/resource/pt/biblio-1077957>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LEDOUX, Nina Rosa Pereira. **ARQUITETURAS SUFRAGADAS E MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS**: uma arqueologia da memória da remanso submersa-ba.. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras -Se, 2017.

LIMA, T. M. A. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, Brasil, n. 33, p. 5-21, 2007.

MAGESTE, L. E; AMARAL, A. de M. 2022. **As arqueologias afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco: desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 17, n.2, p. 1-33.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa Social**. Ed. Didática, São Paulo, v.26-27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados**, v. 7, p. 1-23, 2008.

MARTINS, A. M. F. **Parque Nacional Serra da Capivara**: patrimônio cultural da humanidade. 2011. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p 184. 2011.

MELLO, S. A.; CASTRO, V. M. C. Memória, identidade e patrimônio arqueológico: um estudo sobre as lembranças dos velhos da Vila do Catimbau, Buíque-PE. **Revista Arqueologia Pública**, v. 10, n. 3, p. 37-54, 2016.

MENDES, A. R. **O que é património cultural**. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/2506>. Acesso em 13 Set. 2023.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MORAES, Beneilde Cabral. **GEOQUÍMICA E GEOMORFOLOGIA DE SEDIMENTOS ARQUEOLÓGICOS COMO FUNDAMENTOS NA INDICAÇÃO DE NÍVEIS DE OCUPAÇÃO HUMANA PRÉ-HISTÓRICA NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA - PIAUÍ, BRASIL**. 2015. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MOREIRA, F. A.; GOMES, C. R.; SALVIO, G. M. M. O que Motivou a Criação dos Parques Nacionais no Brasil?. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 2023.

NOBRE, Rafhael; SANTOS, Andréa Cristiana. As Narrativas sobre o “Progresso” no jornal Rival no contexto da construção da Barragem de Sobradinho (1972-1973). In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2019, São Luiz- Ma. **Congresso**. São Luiz- Ma. Inter.Com, 2019. p. 01-14.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Bueno Aires: Clacso, 2005. p. 116-142.

RIBEIRO, Antonio José Castelo Branco. **O Parque Nacional da Serra da Capivara e a urbanização de São Raimundo Nonato: transformações socioespaciais no Piauí e suas repercussões no entendimento de sertão**. Recife: O autor, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, L. G. M; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 205-226, 2010.

SALLUM, M. Por uma "aliança afetiva" entre a Arqueologia e os saberes tradicionais: contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. **Cadernos do Lepaarq**, v. 37, n. XIX, p. 273-300, 2022.

SCHIAVETTO, S. N. de O.; BERNARDES, A. S.; CARVALHO, T. R. de. Paulo Freire e arqueologia: uma experiência da abordagem da diversidade cultural em contextos escolares. **Revista Arqueologia Pública**, v. 16, n. 2, p. 23-40, 2021.

SEVERINO, A. J. 1941- . **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 20 Mai 2023.

SILVA, Bruno de Alcântara Conde da. **ENTRE O COLONIZADOR E O COLONIZADO: a concepção de colonialismo e de relações de poder nas obras de**

frantz fanon, albert memmi e Paulo freire. **Kwanissa**. São Luiz- Ma. v. 4, p. 11-137, 2021.

SILVA, C. dos S. Patrimônios em Disputa: Conflitos ocasionados no processo de criação do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí. **Revista Historiar**, v. 11, n. 20, p. 48-62, 2019.

SILVA JÚNIOR, R. D. da. Etnoconservação e o conceito de relações de poder: apontamentos teórico-metodológicos. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 12, 2009.

SOUSA, L.; SILVA, A. S. Arqueologia pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no estado do Piauí. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 1, p. 67-86, 2017.

SOUZA, João Vitor Campos de. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003)**: : registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza.. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Unidades de Conservação e Políticas Ambientais e Sociais Conexas, Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí - Tensões, Desafios e Riscos da Gestão Principiológica da Complexidade Constitucional**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Curso de Doutorado em Direito. Área de Concentração: Direito, Estado e Constituição, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUZA, L. C. **Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social**.In: Cadernos do Lepaarq, v. 15, n. 30, p. 80-97, 2018.

THOMPSON, P. 1935. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.